



02 JUL 18 01078

Exmo. Senhor
Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento,
Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

SUA REFERÊNCIA
Of. 186

SUA COMUNICAÇÃO DE
29-05-2018

NOSSA REFERÊNCIA
Ent. 4037/2018
Proc. 01.4

DATA
30-05-2018

ASSUNTO: Relatório de Atividades 2017 do GPEARI

Exmo. Senhor,

Encarrega-me S. E. o Ministro das Finanças de devolver a V. Exa o Ofício nº 186/2018/DADO, e anexo, referente ao assunto em epígrafe, sobre o qual exarou o Despacho nº 301/18/MF, do seguinte teor:

"Homologo.
a) Mário Centeno
28.6.18"

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Caldas

/CR

GPEARI	903
Entrada nº	
Recebido em	03/07/2018
Para (UO)	
Classificação	010 10 03

2020

30 MAIO 2018

DESPACHO INTERNO N.º 301/18/RF

Holbein,

Mário Centeno

29.6.18

305/18 di BSR ✓
O Chefe do Gabinete,
André Caldas

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Ministro das Finanças
Dr. André Caldas
Neste edifício

S/Referência

Data

N/Referência

Data

Mário Centeno

186/2018/DADO

29/05/2018

Ministro das Finanças

Proc. 359/2018/010.10.03/Relatório Anual de
Atividades

Assunto: Relatório de Atividades 2017 do GPEARI

Caro André

O artigo 15.º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro (Lei do SIADAP), prevê que no final de cada ciclo de gestão seja elaborada a autoavaliação do serviço, com carácter obrigatório, e fazendo parte integrante do relatório de atividades anual.

Adicionalmente, no artigo 18º da Lei do SIADAP, é evidenciado que a avaliação final do desempenho dos serviços seja expressa qualitativamente em face dos resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), devendo as menções propostas pelos dirigentes máximos dos serviços serem homologadas ou alteradas pelo respetivo membro do Governo.

Assim, junto se remete a V. Exa., para aprovação, o Relatório de Atividades do GPEARI relativo ao ano de 2017, onde se inclui, para homologação ou alteração pelo Senhor Ministro das Finanças, a proposta de atribuição de menção qualitativa de avaliação final de "Bom", como previsto no n.º 1 do artigo 18º da citada Lei, tendo o GPEARI atingido dois objetivos e superado os restantes cinco definidos no QUAR, bem como um cumprimento generalizado das restantes atividades previstas no plano.

Remete-se igualmente o Relatório do Balanço Social, com a situação a 31 de dezembro de 2017, no âmbito do previsto no nº1 do artigo 8º da Lei do SIADAP.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral

José Carlos Azevedo Pereira

Gabinete do Ministro das Finanças
Enviado 4037 de 30-5-18
em 1.4

DADO/AO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ABRIL 2018



AUTOAVALIAÇÃO



QUAR



RECURSOS

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	1
DESTAQUES DA ATIVIDADE	2
2. O GPEARI	12
2.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES	12
2.2. ATRIBUIÇÕES	13
2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA	15
2.4. PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS	16
3. AUTOAVALIAÇÃO	18
3.1. QUAR 2017 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS	18
3.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2017	34
3.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	35
3.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO	37
3.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	39
3.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017	40
3.7. RECURSOS HUMANOS	46
3.8. RECURSOS FINANCEIROS	48
3.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO	51
4. PERSPETIVA DE GÉNERO	52
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54
6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	56
ANEXOS	57
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS	58
A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO – UTILIZADORES, GABINETES E COLABORADORES	60
A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA	62
DAEP DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO	62
DPFP DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	63
DMSPL DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA	64
DPE DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA	65
DCRI DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	66
DADO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	68
TASK FORCE PPS-PPM EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM	69
A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	70
A5. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2017	71
A6. BALANÇO SOCIAL	75

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI EM 2017	15
FIGURA 2. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI.....	16
FIGURA 3. QUAR 2017	19
FIGURA 4. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA	40

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2017	18
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF.....	30
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES	31
GRÁFICO 4. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS	32
GRÁFICO 5. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS.....	33
GRÁFICO 6. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS COLABORADORES.....	37
GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - GERAL POR RUBRICAS.....	49
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - COOPERAÇÃO POR RUBRICAS.....	49
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI	50

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. N.º DE PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS.....	28
QUADRO 2. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO	41
QUADRO 3. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	41
QUADRO 4. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA	42
QUADRO 5. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA ECONÓMICA	43
QUADRO 6. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	43
QUADRO 7. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	44
QUADRO 8. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA TASK FORCE PPS-PPM.....	45
QUADRO 9. MAPA DE PESSOAL PARA 2017 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS.....	46
QUADRO 10. RECURSOS FINANCEIROS EM 2017.....	48
QUADRO 11. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI.....	50

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2017 e à semelhança dos últimos anos, a atividade do GPEARI foi marcada por constantes desafios, não só na prossecução dos objetivos fixados, mas também no cumprimento, com qualidade e tempestividade, de um conjunto de novas atribuições que lhe foram cometidas.

O alargamento das suas áreas de atuação, a par das dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, tem-se traduzido num aumento das solicitações que lhe são dirigidas, num cenário de fortes restrições orçamentais e de uma manifesta insuficiência de recursos humanos na primeira metade do ano.

No segundo semestre de 2017, o GPEARI viu finalmente concretizado o objetivo de reforço dos seus quadros, com a entrada de 14 novos técnicos superiores, na sequência de concurso externo, pese embora o esforço acrescido que exigiu de toda a organização para a sua integração e formação.

Assim, o GPEARI contava com um mapa de pessoal de 76 lugares, dos quais 65 se encontravam preenchidos em 31 de dezembro (em dezembro de 2016 o GPEARI contava com 54 colaboradores).

O recrutamento acima referido permitiu mitigar o grave défice de recursos humanos especializados, mantendo-se, contudo, as dificuldades de recrutamento no universo da administração pública, não tendo sido possível, por essa via, preencher os restantes lugares previstos no mapa de pessoal.

Os recursos humanos do GPEARI apresentam uma média etária 40,4 anos, que baixou significativamente em relação ao ano anterior, na sequência do ingresso de 14 jovens colaboradores e verifica-se uma taxa de feminização de 54%, existindo uma clara primazia de mulheres no grupo dos dirigentes intermédios.

Decorrente da especificidade e tecnicidade exigidas às funções do GPEARI, a taxa de habilitação superior é bastante elevada (89%), consideravelmente superior à média da Administração Central (57,8%).

Os encargos com pessoal ascenderam a 2,411 M€, representando um ligeiro aumento (+4,9%) relativamente aos encargos em 2016 (2,299 M€) e representaram 88,9% do orçamento total executado do GPEARI.

O orçamento global aprovado para o ano de 2017 ascendeu a 3,361 M€, fixando-se o orçamento corrigido líquido de cativos em 2,818 M€, cuja taxa de execução foi de 93,6%.

As fortes restrições orçamentais traduziram-se numa constante análise de prioridades, nomeadamente no que respeita à representação externa do Ministério das Finanças e do País, no qual o GPEARi é participante ativo. A dotação orçamental inicial, já de si insuficiente, foi ainda sujeita a cativações, tornando o processo de deslocações crítico em termos de gestão.

Paralelamente, procedemos ao reforço dos equipamentos (em termos de mobiliário e computadores) necessário para acomodar os novos técnicos, tendo sido ainda realizadas obras de melhoria no espaço de refeições e de beneficiação nos novos espaços atribuídos ao GPEARi.

As dificuldades decorrentes da escassez de recursos humanos, a par das evidentes limitações em termos de orçamento, exigiram dos colaboradores do GPEARi um elevado empenho e comprometimento com as atribuições e atividades, pois só assim foi possível atingir resultados positivos no ano de 2017.

O GPEARi alcançou um resultado global acima do planeado no QUAR (110,4%), superando cinco objetivos e atingindo dois. No que respeita ao plano de atividades, este foi executado quase na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 99,8%, ao qual acresce um conjunto de atividades extra-plano que corresponderam a mais 24,7% da atividade – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos Gabinetes Ministeriais e outras solicitações.

Assim, destacam-se de seguida as principais atividades desenvolvidas durante 2017, com enfoque nos trabalhos e projetos mais relevantes:

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

No que concerne ao acompanhamento do período pós-Programa de Assistência Económica e Financeira, o GPEARi, enquanto entidade a quem está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais, assegurando assim o cumprimento do *Agreement on Data Provision* firmado com aquelas instituições.

No decurso do ano realizaram-se duas missões técnicas a Portugal, em junho e novembro, cuja organização e coordenação nacional foram igualmente asseguradas pelo GPEARi. A missão de junho foi exclusivamente da Comissão Europeia (PPS- *Post-Program Surveillance*), dado que o Fundo Monetário Internacional passou as suas missões (PPM- *Post-Program Monitoring*) para uma periodicidade anual; contudo, esta última instituição realizou uma avaliação ao abrigo do Artigo IV nas semanas precedentes à missão PPS de junho.

A realização regular destas missões tem conduzido a uma política de economia de recursos por parte das instituições internacionais, fazendo coincidir diversas necessidades de supervisão multilateral. Neste sentido, fez-se coincidir a recolha de informação no quadro do semestre Europeu com a segunda missão por parte da Comissão Europeia.

Políticas e Finanças públicas

No domínio das políticas e finanças públicas, o ano de 2017 foi marcado pela elaboração do Orçamento do Estado (2018), do Programa de Estabilidade (2017-2021) e do exercício do Grupo de Trabalho do Envelhecimento da Comissão Europeia, exercícios de elevada exigências e complexidade. Concomitantemente, realce para o estabelecimento de um protocolo de entendimento e procedimental entre o GPEARI e a Direção-Geral do Orçamento com vista a institucionalizar e afinar o modelo de interação entre estas duas entidades nos exercícios de preparação e modelização orçamental. Paralelamente, registou-se um reforço do papel do GPEARI, e qualificação da respetiva intervenção, no acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças.

Também, em 2017, o GPEARI assinou um protocolo de cooperação institucional no domínio das Administrações Públicas com diversas entidades e instituições relevantes no processo de produção das estatísticas das finanças públicas.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais

Na área da quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais, o GPEARI consolidou as suas competências analíticas, tendo dado continuidade ao trabalho desenvolvido com base em duas estratégias de modelização modelo teórico de equilíbrio geral e aplicação de modelos econométricos – com base nos quais, o GPEARI tem vindo a desenvolver intenso trabalho analítico. Estes trabalhos têm decorrido em estreita colaboração com especialistas de organismos internacionais, culminando na publicação de vários artigos científicos. Além disso, estes exercícios de quantificação são parte integrante do Programa Nacional de Reformas, publicado em abril de 2017.

O GPEARI, como forma de divulgação do trabalho realizado e de promoção da troca de experiências internacionais, organizou, a 6 de julho de 2017, em parceria com Nova SBE, a sua segunda Conferência Anual sobre Reformas Estruturais. Neste evento apresentaram as suas comunicações oradores do GPEARI, de algumas universidades portuguesas, da Comissão Europeia, do Banco de Portugal, da OCDE, do FMI, entre outros, contando ainda com a presença de Sua Exa. o Ministro das Finanças e de Sua Exa. o Ministro do Planeamento e Infraestruturas.

A Conferência, contou com a presença de uma centena de participantes de vários ministérios e universidades, e permitiu uma discussão abrangente sobre os impactos económicos das reformas em áreas tão diversas como mercado de produto, de trabalho e financeiro, investimento, inovação e produtividade e ainda sobre a importância das instituições e da economia política para a implementação das mesmas.

Promoção da discussão de temas relevantes para a economia portuguesa

Paralelamente, o GPEARI, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, tem vindo a apostar na dinamização de um ciclo de seminários mensais sobre a economia Portuguesa. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARI e outras entidades, nomeadamente universidades, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, etc. No ano de 2017, foram realizados um total de 13 seminários que se debruçaram sobre um largo conjunto de temáticas, desde a educação à produtividade, sistema financeiro, investimento e dinâmica das empresas, entre outros.

Fórum Global para a Produtividade da OCDE

Tendo em conta a relevância estratégica das questões ligadas à produtividade para o nosso país, Portugal, representado pelo GPEARI, é membro fundador do Fórum Global para a Produtividade (FGP) da OCDE. Este fórum foi criado no final de 2015 com o objetivo de promover a cooperação internacional entre organismos públicos responsáveis por medidas de política que potenciem a produtividade. Através da colaboração entre entidades nacionais e supranacionais, o FGP pretende permitir a divulgação de experiências nacionais, promover a cooperação internacional a nível analítico e potenciar a partilha de informação.

Portugal, através do GPEARI, tem mantido a sua participação ativa neste Fórum, cumprindo as funções de co-presidente. Neste âmbito, foram desenvolvidas tarefas de planeamento e organização dos trabalhos a desenvolver, quer do ponto de vista analítico quer no que diz respeito à comunicação, procurando a maximização das potencialidades do Fórum enquanto catalisador e disseminador de investigação na área da produtividade. Para além disso, foi desenvolvido trabalho analítico aplicado a Portugal em conjunto com uma participação ativa na conferência anual, maximizando as sinergias potenciadas pela rede de investigadores do Fórum.

Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”

O GPEARI foi designado como a entidade responsável no Ministério das Finanças para prestar apoio técnico no âmbito da implementação do novo procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo. Assim, por forma

a garantir a harmonização e o rigor dos exercícios, foi implementado um sistema em que são criadas equipas de trabalho conjuntas do GPEARi e dos Gabinetes Ministeriais envolvidos no desenvolvimento dos diplomas. Esta metodologia permite ainda a acumulação de conhecimento nos exercícios de avaliação do impacto dos diplomas propostos por este Ministério.

O GPEARi tem participado ativamente e contribuído para o desenvolvimento e melhoria deste procedimento, estando presente em reuniões e formações e mantendo um contacto próximo com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL – JurisAPP) responsável pela implementação do mesmo, discutindo metodologias e aprofundando assim as bases do Gabinete no âmbito de exercícios de avaliação.

Quadro Financeiro Plurianual para o pós-2020

O debate relativo ao Quadro Financeiro Plurianual para a União Europeia para o pós-2020 foi introduzido durante o ano de 2017, nomeadamente com a publicação, por parte da Comissão Europeia, do seu documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE. Este documento veio traçar os impactos financeiros dos vários cenários apresentados no Livro Branco sobre o Futuro da Europa, dando especial ênfase às necessárias reformas, tanto na área das despesas como na área das receitas, para fazer face aos novos desafios e prioridades da UE para o pós-2020. Este debate foi fomentado através da organização de múltiplos eventos, tanto ao nível europeu, como ao nível nacional, e de vários encontros bilaterais entre estados-membros a nível informal. O GPEARi participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição nacional relativa a esta temática, coordenando no Ministério das Finanças as posições relativas às questões que levantam maiores preocupações e oportunidades para o próximo período financeiro. Esta participação contou igualmente com a criação de um Grupo de Trabalho informal do Ministério das Finanças para a avaliação dos candidatos a futuros Recursos Próprios da UE, previamente elencados no relatório final do Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios, apresentado em janeiro de 2017.

Aprofundamento da União Económica e Monetária

No seguimento da publicação do Livro Branco sobre o Futuro da Europa, e do documento de reflexão sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM), e de acordo com o roteiro estabelecido na “Agenda dos Dirigentes”, o debate sobre o aprofundamento da UEM intensificou-se no decorrer do ano de 2017. Destacam-se como principais objetos de discussão o reforço da integração nas áreas financeira, económica, orçamental e política. Em particular, foi dada ênfase ao aprofundamento da União Bancária e União dos Mercados de Capitais, à convergência económica e social através do reforço do Semestre Europeu e da coordenação das políticas económicas e à reflexão sobre uma futura função de estabilidade

orçamental. No decurso do mês de dezembro de 2017, a Comissão Europeia apresentou um pacote de propostas abrangendo novos instrumentos de apoio económico, financeiro e técnico para a UE e para a área do euro, a integração de acordos intergovernamentais no quadro jurídico da UE (Tratado Orçamental e Mecanismo Europeu de Estabilidade) e a criação da figura de Ministro Europeu da Economia e das Finanças. Para a UEM do pós-2020, a Comissão Europeia apresentou instrumentos orçamentais com quatro funções fundamentais: o apoio financeiro e técnico às reformas estruturais, uma facilidade de convergência dedicada para os estados não membros na sua via de adesão ao euro e uma função de estabilização para a área do euro e aberta a todos os estados-membros, com o objetivo de evitar a quebra nos níveis de investimento em casos de futuros choques assimétricos, possivelmente através de um regime europeu de proteção dos investimentos para apoiar prioridades bem identificadas e projetos ou atividades já planeados a nível nacional. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos técnicos relativos a todas estas matérias, no âmbito do apoio ao início das discussões das mesmas em variados fora e comités.

Brexit – Negociações após a ativação do Artigo 50º do TUE

Em junho de 2017 foi dado início às negociações do *Brexit*. Apesar de uma inicial incerteza quanto às implicações políticas, jurídicas, financeiras e económicas da primeira saída de sempre de um estado-membro da UE, os resultados alcançados nas negociações até ao momento foram considerados positivos, preservando os interesses coletivos da União e individuais dos estados-membros. A adoção das orientações para a primeira fase de negociações com o Reino Unido, definindo as posições e princípios gerais a serem seguidos pela UE, em particular no que diz respeito a uma saída ordenada por parte do Reino Unido e à garantia dos interesses da União e à integridade do mercado único, decorreu do Conselho Europeu extraordinário de abril. Os Conselhos Europeus que se seguiram, em junho, outubro e dezembro de 2017 analisaram os desenvolvimentos das negociações e o reconhecimento do alcance de um progresso suficiente para a passagem à segunda fase negocial. Ficou definido que esta última, deveria ser focada no potencial estabelecimento de um período transitório e na relação futura do Reino Unido com a UE, aprovando-se igualmente orientações para tal. A conclusão da primeira fase negocial ficou marcada pelo concretizar de um “acordo de princípio” antes do final do ano, de modo a poder dar início no novo ano à segunda fase. No que diz respeito aos interesses financeiros da UE, este “acordo de princípio” garantiu o pagamento da quase totalidade das obrigações, tendo mesmo incluído um entendimento sobre a metodologia do cálculo da participação do Reino Unido nas políticas da UE. O alcance de um acordo de princípio nesta área veio baixar consideravelmente os riscos que impendiam sobre o financiamento do atual Quadro Financeiro Plurianual, pelo que foi considerado um sucesso. O GPEARI participou ativamente nos

trabalhos de coordenação da posição portuguesa relativa a esta temática, coordenando no Ministério das Finanças as preocupações e potencialidades julgadas relevantes pelas suas várias instituições.

Serviços Financeiros – Negociações Europeias

Ainda no plano europeu, os trabalhos legislativos na área dos serviços financeiros continuaram, pelo terceiro ano consecutivo, a ser dominados pelos projetos da União Bancária (UB) e da União dos Mercados de Capitais (UMC). No que refere à União Bancária, para além da continuação dos trabalhos iniciados em anos anteriores relativos à redução e partilha de risco, destacam-se os trabalhos para combater os créditos não produtivos (*non-performing loans* - NPLs) na UE, em particular o plano de ação aprovado pelo Conselho em julho de 2017. Destaca-se, também, o início da discussão da proposta da Comissão para revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, um elemento essencial para a concretização da UMC. Estes trabalhos irão continuar em 2018, estando o GPEARI empenhado em assegurar que estas iniciativas contribuem efetivamente para o aprofundamento da UB e da UMC, por forma a permitir aos agentes portugueses uma maior capacidade de captação de poupança a nível da UE.

Transposição e Aplicação da Legislação da UE

Os trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados ao nível da UE continuaram a ganhar importância, em particular na área dos serviços financeiros, atendendo ao elevado número de Diretivas aprovadas nos últimos anos.

Em 2017, importa realçar o apoio na análise do anteprojeto de transposição da Diretiva 2014/65/UE, relativa aos mercados de instrumentos financeiros, o apoio dado à realização de avaliações de impacto legislativo de projetos de decreto-lei e o contributo na redação de normas infralegais, nomeadamente das portarias que vieram regulamentar o regime dos contratos de crédito relativos a imóveis e o regime de acesso e de exercício à atividade de intermediário de crédito.

Durante o ano de 2017, procedeu-se à transposição de 13 Diretivas da responsabilidade do Ministério das Finanças. Este número ultrapassou largamente o número de Diretivas transpostas durante o ano de 2016, que somou somente 5 Diretivas. Importa ainda referir que o GPEARI tem vindo progressivamente a aumentar o seu envolvimento nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos Regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional. Estas atividades irão prosseguir em 2018.

Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Foi concluída, em novembro de 2017, a avaliação do regime nacional de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (BC/FT) levado a cabo no âmbito do Grupo de Ação Financeira (GAFI). A discussão do relatório de avaliação de Portugal ocorreu na reunião plenária do GAFI que se realizou em Buenos Aires, de 1 a 3 de novembro, e contou com a presença do GPEARI.

O plenário do GAFI atribui ao regime nacional BC/FT, quanto à conformidade técnica com as Recomendações, a classificação de: Conforme em 12 Recomendações, de Conforme em Larga Escala em 22 e de Parcialmente Conforme em 6. No que se refere à eficácia do sistema, Portugal obteve 6 notas de Eficácia Significativa e 5 notas de Eficácia Moderada. De salientar que, quanto às respostas em relação às quais o GPEARI foi responsável pela coordenação (Recomendações 6 e 7 e Resultados Imediatos 10 e 11, relacionadas com o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa) foram recebidas duas classificações de Conforme e duas classificações de Eficácia Significativa. Deste modo, Portugal foi colocado na situação de Acompanhamento Regular, resultado que, até à data nesta quarta ronda de avaliações mútuas e depois de 16 avaliações, só Espanha e Itália tinham atingido. Deverá apresentar um relatório de progresso dentro de 2 anos e meio, voltando a ser objeto de uma visita de avaliadores, como, aliás, todos os restantes países, cinco anos após a respetiva avaliação.

Relações Internacionais e Cooperação

A dinâmica do GPEARI manteve-se na defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), bem como do relacionamento com países terceiros, em linha com as políticas externa e de cooperação, assim com o desígnio de promover não só a internacionalização das empresas e consultores nacionais, mas também o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

As Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI)

A este respeito são de destacar a implementação na ordem jurídica nacional do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, que viria a permitir a concretização da adesão de Portugal a esta instituição a 8 de fevereiro de 2017, e a regularização de processos de aumento de capital e de reconstituição de recursos em diversas IFI (Grupo do Banco Mundial, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e Banco de Desenvolvimento da América Latina), permitindo não só a manutenção do poder de voto relativo do país nas referidas instituições, mas também

a viabilidade de os agentes económicos nacionais participarem na execução de projetos financiadas por aquelas entidades.

Por outro lado, e em linha com os objetivos de promoção da internacionalização das empresas e consultores nacionais, alicerçou-se o reforço da cooperação com as IFI em ações de *business development* junto dos primeiros. Neste âmbito, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho das Multilaterais em conjunto com a aicep Portugal Global atingiram níveis recorde, com um número de 47 ações (incluindo cinco publicações), abrangendo um total de 1.038 participantes e com um nível de satisfação médio de 82%, valor semelhante ao registado em 2017. Foi dada sequência à estratégia seguida em 2016 no sentido de um maior enfoque na capacitação das empresas, aposta na divulgação do mercado das multilaterais junto de um leque mais alargado de agentes económicos e descentralização/diversificação da tipologia de ações, com maior envolvimento das associações empresariais parceiras.

Ao nível do financiamento da economia nacional, as aprovações do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) alcançaram níveis máximos desde 2011, com um total de 1.594 M€. São de destacar as aprovações do empréstimo de 250 M€ à Câmara Municipal de Lisboa para reabilitação urbana e o empréstimo de 80 M€ ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) no âmbito do CEB. Ao nível do Plano de Investimento para a Europa (PIE), as aprovações, num total de 1.282 M€, colocam Portugal como segundo Estado-membro em percentagem do PIB.

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal

Como vem sendo habitual, o relacionamento com países terceiros assume particular peso nos trabalhos do GPEARi, que manteve o empenho na preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde Cimeiras, Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais até reuniões de Membros do Governo com representantes de países estratégicos para Portugal, na perspetiva de dar continuidade ao processo de internacionalização da economia portuguesa, entre outros aspetos relevantes. Neste domínio, merece destaque a preparação e/ou participação em reuniões com autoridades de países das mais diversas geografias, com destaque para: África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Brasil, Cabo Verde, China, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos da América, Índia, Irão, Japão, Marrocos, México, Moçambique, Panamá, Quênia, Reino Unido, Rússia, Senegal, STP Palestina, Timor-Leste, Tunísia, Ucrânia e Venezuela.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas

No seguimento do trabalho desenvolvido em anos anteriores, o GPEARI manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica (ACE) com São Tomé e Príncipe, atendendo ao carácter estruturante que ambos os instrumentos têm no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países. Neste particular, constata-se que quer o ACC, quer o ACE continuam a contribuir para a estabilização macroeconómica e para o fomento das relações económicas e financeiras com Portugal e com a União Europeia.

Em 2017, foi dada continuidade à implementação do Programa Integrado de Parceria e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas com Timor-Leste, mediante a permanência em Díli de peritos portugueses para apoiarem a operacionalização do processo de Reforma Fiscal em curso no país, designadamente nas áreas do IVA, sistemas de informação, auditoria das receitas domésticas e execuções fiscais.

Por outro lado, o GPEARI coordenou cerca de 15 ações de assistência técnica e formação, ministradas por várias Direções-Gerais do Ministério das Finanças, em diversos domínios (tributário, aduaneiro, orçamental, entre outros), algumas das quais financiadas por IFI. Assim, foi possível manter o dinamismo da cooperação técnica com os vários PALOP e o apoio à implementação de reformas estruturais, apesar dos condicionamentos decorrentes do exigente contexto orçamental para a criação de novos Programas Integrados de Assistência Técnica na área das Finanças Públicas.

Finalmente, refira-se que a promoção de uma política de cooperação estruturante com os países de língua portuguesa se concretizou também por via de ações no âmbito da CPLP, este ano assente na continuidade do Programa de Assistência Técnica na área Aduaneira.

Desenvolvimento Organizacional

O reforço dos recursos humanos do GPEARI exigiu um esforço acrescido de toda a organização no processo de aculturação e integração dos novos técnicos. Foram desenvolvidas algumas ferramentas no sentido de melhorar os processos internos de gestão das pessoas, designadamente a implementação de um sistema de gestão da assiduidade com claras vantagens para a organização, mas também com incentivos para os colaboradores. Paralelamente foi elaborado um Guia de Integração com informação genérica e específica com utilidade para os colaboradores novos. Foram ainda implementadas algumas medidas do Plano de Melhorias, que resultaram da auscultação aos colaboradores.

Recursos e Organização interna

A par das atividades correntes desenvolvidas no GPEARI, foi ainda necessário aprofundar os procedimentos internos para acomodação ao modelo de partilha de serviços, nomeadamente à nova política de total desmaterialização de processos. Além disso tem sido exigente o esforço de reconstrução e capacitação da equipa neste domínio, decorrente do retrocesso do modelo de centralização para partilha de serviços. Continuou-se também o processo de melhoria dos procedimentos de controlo da despesa principalmente no que respeita a deslocações e estadas e consumo de papel e impressão.

2. O GPEARI

2.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES

Missão

- Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério

Visão

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores

Valores

- Criatividade e partilha do saber, promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARI*
- Excelência e profissionalismo, adotando uma cultura de autocritica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas*
- Rigor e Integridade, garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada*
- Responsabilidade e sentido de dever, definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal*

2.2. ATRIBUIÇÕES¹

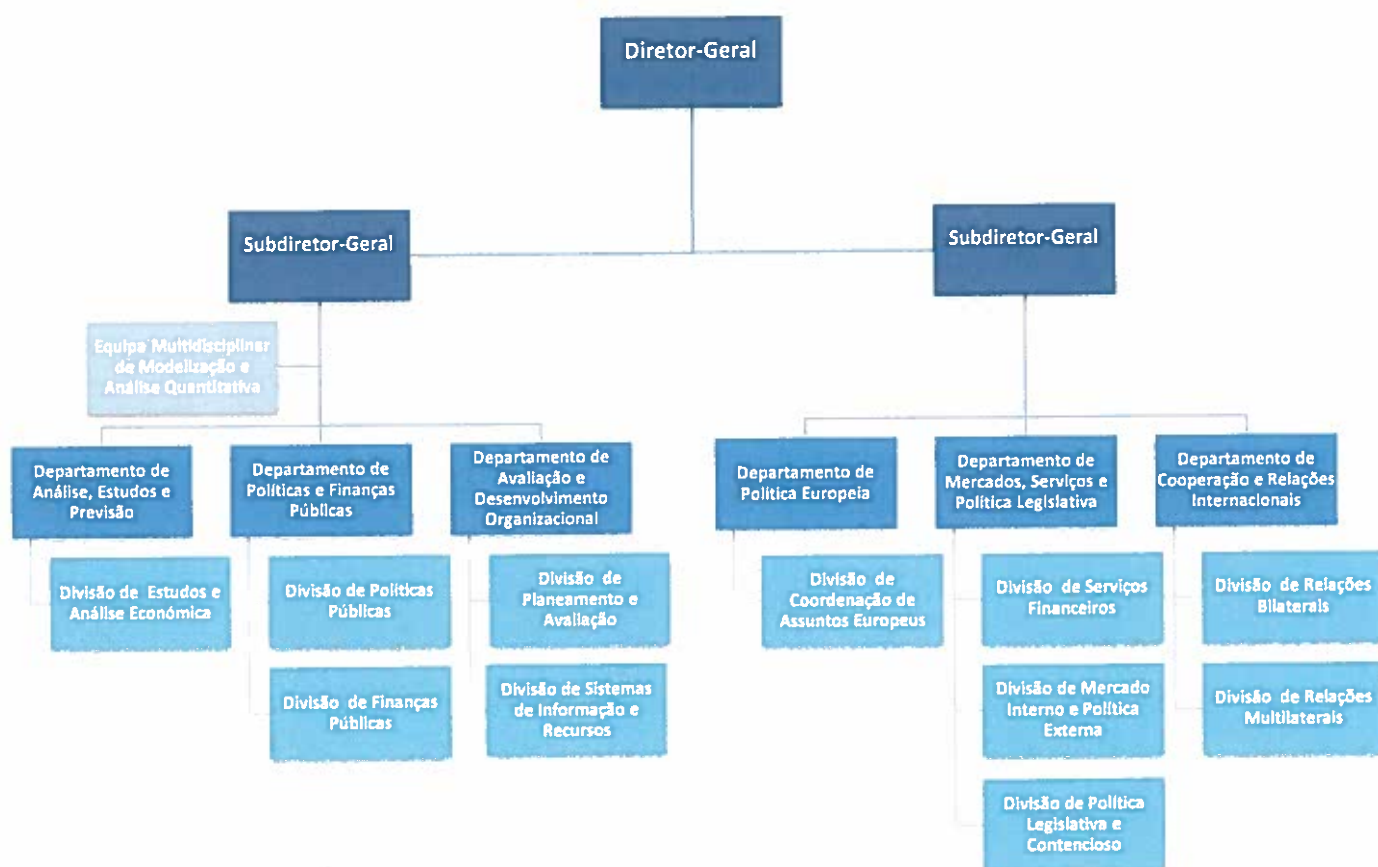
- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais e com a União Europeia, nomeadamente assegurando o relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal e com as instituições financeiras europeias e internacionais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério que careçam de regulamentação;

¹ Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente;
- Coordenar e assegurar o trabalho técnico necessário para dar cumprimento às obrigações que decorram dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia, em articulação com os ministérios, serviços e organismos envolvidos, em particular no que respeita ao Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, ao Programa de Estabilidade, à Estratégia Europa 2020, à interação para a preparação e monitorização das recomendações específicas, por país, para Portugal e restantes procedimentos e mecanismos integrados no chamado Semestre Europeu, designadamente ao Esboço do Projeto Orçamental;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação de serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- No contexto do acompanhamento da supervisão pós programa de ajustamento macroeconómico a efetuar pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, compete ainda ao GPEARi servir como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes destas instituições, centralizando a comunicação e a partilha de informação dos vários ministérios, serviços e organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre eles, no âmbito de medidas transversais.

2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA²

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI em 2017



² Durante 2015, a estrutura orgânica do GPEARI sofreu alterações, decorrentes das novas atribuições que lhe foram cometidas, de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril, a Portaria n.º 207/2015, de 15 de julho, o Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto, o Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro, o Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro e o Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

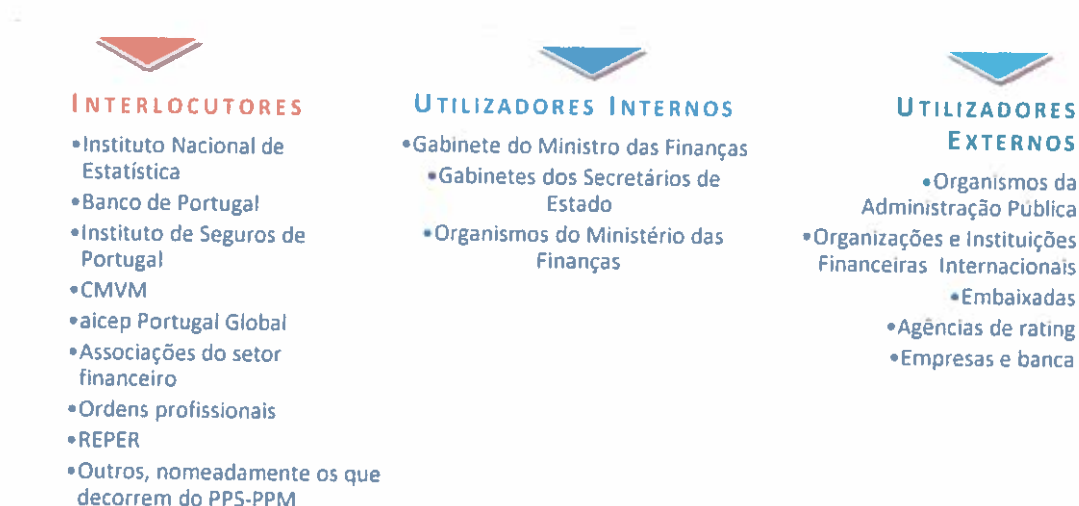
2.4. PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

O GPEARI enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Refira-se que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO, organizações e instituições internacionais, tais como diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, existem ainda outros interlocutores onde estão inseridos, não só que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo a REPER em Bruxelas, outras entidades tais como o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global e ainda Ordens Profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

- ▶ Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa, o Modelo Trimestral Macro económico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional
- ▶ Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, as Grandes Opções do Plano, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado
- ▶ Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- ▶ Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estudos Económicos do Ministério da Economia
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura
 - Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo
 - Cadernos de Finanças Públicas
 - Portugal Latest Key Development
 - Newsletter da área internacional
- ▶ Artigos sobre temas diversos, objeto de publicação na página eletrónica do GPEARI
- ▶ Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais
- ▶ Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF
- ▶ Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP
- ▶ Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- ▶ Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional
- ▶ Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI
- ▶ Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF
- ▶ Acompanhamento e monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas
- ▶ Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério

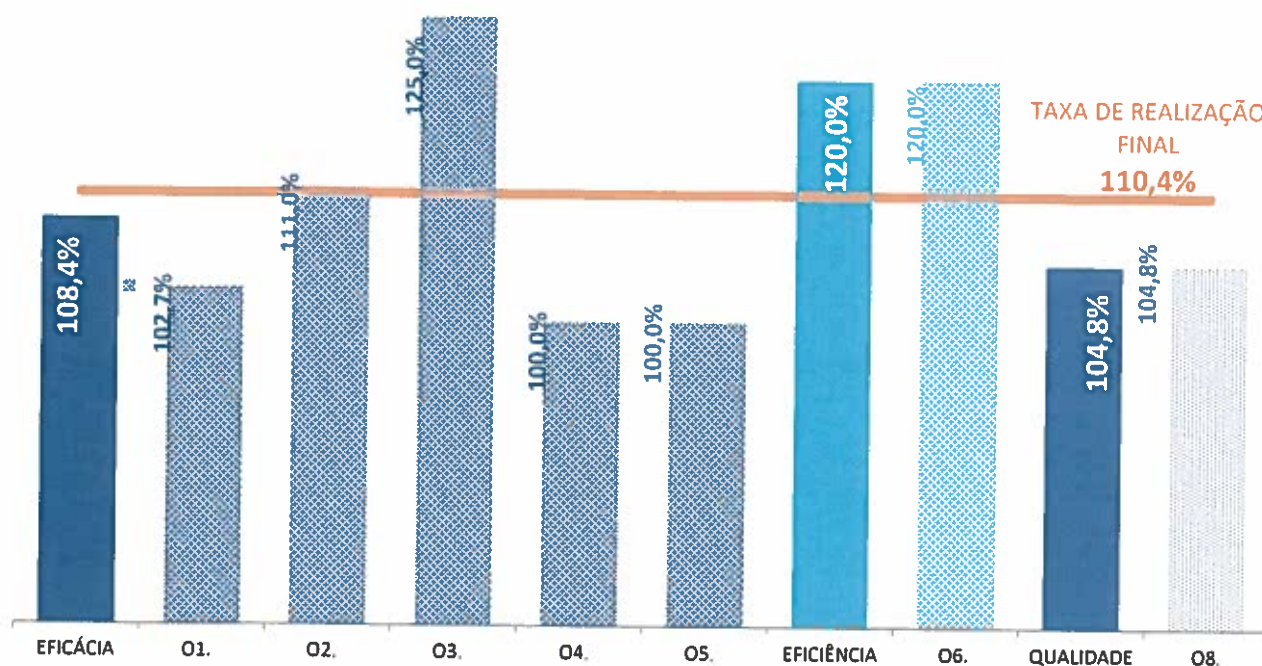
3. AUTOAVALIAÇÃO

3.1. QUAR 2017 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

Face aos objetivos estratégicos que conduziram a atividade do GPEARI em 2017, apresentam-se os resultados alcançados e os desvios verificados, em relação ao previsto no QUAR.

Em 2017 o GPEARI alcançou um resultado global acima do planeado, em cerca de 10 p.p. (taxa de realização do QUAR de 110,4%, ligeiramente acima do resultado alcançado em 2016 - 109,6%), o que traduz a perseverança e esforço do GPEARI na prossecução dos objetivos propostos, num contexto de grande exigência e de fortes restrições orçamentais.

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2017



Todos os parâmetros de avaliação do desempenho foram superados, sendo de destacar a Eficiência, com um peso relativo de 25%, que foi superado em cerca de 20 p.p. O parâmetro da Eficácia, com um peso relativo de 50%, obteve uma taxa de realização de 108,4%, e no que respeita ao parâmetro da Qualidade, com um peso relativo de 25%, obteve uma taxa de realização de 104,8%.

Foram superados cinco objetivos e atingidos dois. Foram superados os quatro objetivos identificados como relevantes (O1, O2, O6 e O7).

Figura 3. QUAR 2017

QUAR											
Quadro de Avaliação e Responsabilização											
2017											
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS											
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais											
MISSÃO											
Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério											
Objetivos Estratégicos											
O1. Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional O2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia, ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas e económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária O3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral O4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus											
EFICÁCIA											
										Ponderação:	50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal										Peso:	25%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	-	-	7	8	7	2	4	33%	6	100%	Atingiu
IND2. Nº de reuniões organizadas	-	-	138	199	100	20	200	33%	146	112%	Superou
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	-	-	-	203	160	5	200	34%	150	97%	Não atingiu
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económica-financeiras do MF										Peso:	25%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	7	7	8	22	15	5	25	40%	20	100%	Atingiu
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	n.d.	15	22	27	35	5	50	30%	57	137%	Superou
IND6. Número de reuniões asseguradas	540	585	488	426	550	50	650	30%	552	100%	Atingiu
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa										Peso:	20%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	93%	100%	100%	50%	87,5%	7,5%	100%	100%	100%	125%	Superou
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das instituições financeiras internacionais										Peso:	20%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND8. Nº de iniciativas que contribuíram para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	9	10	11	5	9	1	35	40%	10	100%	Atingiu
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	-	36%	83%	81%	80%	30%	100%	60%	79%	100%	Atingiu
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental										Peso:	10%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	343	313	395	302	350	25	400	100%	346	100%	Atingiu
EFICIÊNCIA											
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas										Peso:	100%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	-	98%	98,1%	99%	98,00%	0,50%	100%	100%	99,80%	120,0%	Superou
QUALIDADE											
O7. Promover a projeção externa do GPEARI										Peso:	100%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 31.12.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,28	4,10	4,40	n.d.	4,20	0,20	5	50%	4,51	110%	Superou
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,13	4,00	4,23	n.d.	4,10	0,10	5	50%	4,08	100%	Atingiu

[illegible]

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANIFICADOS		REALIZADOS						DIFERID	Taxa de Execução
				30/jun		30/sep		31/dez			
		Estrutura	Pontos	Estrutura	Pontos	Estrutura	Pontos	Estrutura	Pontos		
Directora Direcção superior	20	3	80	3	60	3	80	3	40	-1	67%
Directora Direcção informática e Chaves de acesso	16	14	224	13	176	13	208	13	192	-2	86%
Técnico Sup. Especialista do Dir. c. Finanças e Tec. Superior *	12	30	600	33	306	36	432	44	528	-6	88%
Coordenador Técnico:	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	3	27	3	27	3	27	3	27	0	100%
Assistente Técnico	8	4	32	5	34	5	24	5	18	-2	50%
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	1	5	0	100%
Total		76	963	86	882	60	761	66	817	11	86%

* inclui o lugar previsto de chefe de equipe e um lugar ocupado por pessoa natural destas entidades

Recurso Financiero

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2017

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO
	50%	54,2% Superou

01. ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO DE PORTUGAL	PLANEADO	EXECUTADO
	25%	25,7% Superou

IND	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
1.	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	8	[5;9]	33%	4	6	100% Atingiu

Após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o GPEARI elabora um relatório síntese de todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e as matérias críticas.

No que respeita à Missão do Artigo IV, que terminou no dia 29 de junho de 2017, o prazo de entrega do Relatório Técnico de reporte da missão foi bastante reduzido, tendo sido apresentado em 6 dias.

Também o Relatório Técnico de reporte respeitante à 6.ª Missão PPS, foi entregue num prazo de 6 dias após o término da missão, que se deu a 4 de julho de 2017, bem como o relatório relativo à 7.ª Missão PPS e ES Missão *Fact Finding*, que terminou no dia 5 de dezembro de 2017, cujo prazo de entrega foi de 7 dias, mantendo-se dentro da meta definida para o indicador.

Assim, este indicador relativo ao cumprimento dos prazos de entrega dos relatórios técnicos de reporte das missões foi atingido.

IND	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
2.	Nº de reuniões organizadas	199	[80;120]	33%	200	146	112% Superou

Este indicador reflete o número reuniões preparadas e/ou com representação assegurada no âmbito de missões de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro com as instituições internacionais. Inclui igualmente as reuniões com os ministérios e demais entidades envolvidas nas missões, bem como as reuniões regulares de monitorização dos outros processos em curso.

O número de reuniões realizadas, no ano de 2017, foi superado em 46 reuniões, face ao número inicialmente previsto, o que deu origem à superação do presente indicador. O maior número de reuniões preparadas e/ou com representação assegurada foram com Instituições (63%) e com Ministérios (32%).

INDICADORES		2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.	Nº de reportes às instituições internacionais	203	[155;165]	33%	200	150	97% Não Atingiu

Os reportes regulares de informação às instituições internacionais acordados nos termos do “*Agreement on Data Provision*” incluem o envio de informação com diferentes periodicidades (semanal, mensal, trimestral e semestral), bem como informação acerca do progresso dos processos em curso.

O número de reportes regulares de informação às instituições internacionais ficou, no ano de 2017, ligeiramente aquém da meta estabelecida. O incumprimento deste indicador deve-se ao número dos reportes solicitados *ad hoc* que foram inferiores ao previsto e ao histórico de anos anteriores. Acresce que, muita informação foi facultada de forma concentrada e diretamente no decurso das missões, obviando ao envio de reportes. Ou seja, o *report* de informação às instituições internacionais não foi posto em causa, apenas se verificou uma compactação em relação ao número de reportes que impactou no resultado final do indicador.

02. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF						PLANEADO	EXECUTADO
						25%	27,8% Superou
INDICADORES		2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.	Nº de documentos de política económica elaborados	27	[10;20]	40%	25	20	100% Atingiu

Este indicador traduz a participação do GPEARI em trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade, o Relatório do Orçamento do Estado (2018), o Programa Nacional de Reformas, a Conta Geral do Estado 2016 e as Grandes Opções do Plano 2018, o Balanço de Portugal na UE.

Para além destes documentos claramente estabelecidos, os gabinetes governamentais solicitam contribuição e preparação de um conjunto de outros documentos de política, com difícil quantificação prévia, o que levou à superação deste indicador.

	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	37	[30;40]	30%	50	57	137% Superou

Ainda no âmbito do Objetivo do reforço do apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, o GPEARI desenvolveu um conjunto de documentos de política e de apoio à decisão.

Dentre estes salientam-se, pelo número de documentos produzidos, os trabalhos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

São também de referir a elaboração de *policy papers* sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério e também o Balanço da participação de Portugal na UE.

Foi ainda elaborado um conjunto de artigos, disponíveis na página eletrónica do GPEARI, o modelo de previsão trimestral do défice das Administrações Públicas, a integração das exigências do *Medium Term Budgetary Framework* no modelo de previsão macroeconómica e de finanças públicas.

Por fim, ressalva-se o ciclo de seminários em parceria com o GEE do Ministério da Economia, que tiveram continuidade do ano anterior, que versaram sobre temas tão diversos como Produtividade, Finanças Públicas, Governação económica, Semestre Europeu, Impacto das reformas estruturais, Inovação, entre outros.

	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.	Número de reuniões asseguradas	644	[500;600]	30%	650	552	100% Atingiu

O GPEARI tem assumido, ao longo dos últimos anos, a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões (entre 500 e 600) durante o ano de 2017.

O número de reuniões que o GPEARI assumiu a representação e/ou preparação ficou, no ano 2017, dentro da meta prevista inicialmente, tendo registado um conjunto de 552 reuniões.

Do conjunto total de reuniões, 327 foram *Reuniões Comunitárias* (incluindo reuniões nacionais de preparação de reuniões comunitárias), das quais fazem parte os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), Briefings com as Embaixadas dos estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa e Conselho Europeu;
- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho do CEF-SCMIF, *Task Force on Coordinated Action*;
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts*);
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.);
- Mecanismo Europeu de Estabilidade e Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Banco Europeu de Investimento (Conselho de Administração e de Governadores);
- Reuniões no âmbito da modernização dos auxílios de Estado.

O GPEARi participou em cerca de 20 *Reuniões Internacionais*, nos seguintes âmbitos:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short – Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Government Foresight Community, Global Strategy Group, *Country Review*, Missão técnica no âmbito da elaboração do *Survey* de Portugal e outros Grupos de Trabalho);
- Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros);
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Conselho de Administração);
- Reuniões com agências de *rating* e com investidores;

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, que decorrem em Portugal, com a participação de entidades nacionais e internacionais, em 2017, ocorreram mais de duas centenas de *Reuniões Nacionais*, com as seguintes entidades ou temáticas:

- Banco de Portugal;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN e GT C.S. Saúde);

- Reuniões da CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível Político, reuniões da CIPE e reuniões da CNDH;
- Reuniões do Grupo de Trabalho “GAFI” e reuniões do Grupo de Trabalho “Medidas Restritivas”;
- Grupo de Trabalho de Estatísticas das Administrações Públicas.
- Reuniões no âmbito da Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”;
- Outras reuniões de coordenação MNE/outros Ministérios setoriais/outras entidades.

Importa referir que um número significativo de reuniões, nomeadamente as que são afetas a grupos de trabalho e negociações, entre outras, são de difícil previsão dado dependerem das dinâmicas dos processos negociais ou do plano de ação dos grupos.

03. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	25% Superou
	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.	Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	94%	[80%;95%]	100%	100%	100%	125% Superou

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT), no ano em causa, os PICAT de âmbito CPLP.

Para 2017, fixou-se como meta o intervalo [80%;95%] e 100% como valor crítico. Porém, o resultado medido apenas contempla o PICAT Aduaneiro CPLP, uma vez que por motivos alheios ao GPEARL, que estiveram diretamente relacionados com o processo eleitoral que decorreu em Angola, não foi possível executar quaisquer atividades no âmbito do PICAT IGF CPLP.

Deste modo, apenas foi considerada a execução respeitante ao PICAT Aduaneiro CPLP, verificando-se um resultado de 100% neste indicador, decorrente da realização das seguintes ações:

PICAT V - Aduaneiro CPLP

- XXXII Reunião do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP – novembro
- 12.ª Reunião do GT de Alto Nível, abril
- 52.ª Reunião do GT do Sistema Harmonizado, maio
- 12.ª Reunião do GT da Convenção de Quioto Revista, março
- 8.ª Reunião do GT do Site das Alfândegas da CPLP, novembro *

- 2.ª Reunião do GT sobre os Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC) da CPLP *
- 2.ª Reunião do GT sobre Via Aérea da CPLP *
- Seminário sobre Auditoria do Valor Aduaneiro, maio

* Realizada por videoconferência.

O4. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, CONSULTORES E BANCA NACIONAIS E PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS					PLANEADO	EXECUTADO	
					20%	20% Atingiu	
INDICADORES		2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.	Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	10	[8;10]	40%	15	10	100% Atingiu

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado no ano de 2017 o objetivo de implementar entre 8 a 10 iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho existente entre as duas entidades desde 2009.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições nas suas estratégias de internacionalização.

No ano de 2017 foram realizados os seminários e iniciativas previstas, atingindo-se o objetivo fixado. Os seminários e iniciativas realizadas foram as seguintes:

- Sessão de Apresentação do BAII com a presença do Vice-Presidente e Secretário Corporativo, janeiro;
- Sessão de Apresentação da nova CII com a presença do CEO, março;
- Seminário com o BAoD sobre Oportunidades de Negócio e de Financiamento, março;
- Reuniões bilaterais do Presidente e equipa técnica do BERD com empresas portuguesas, junho;

- Seminário Oportunidades de negócio setor metalúrgico e eletromecânico, julho;
- Missão empresarial às sedes dos Grupos do BM e do BID, setembro;
- Visita institucional do Presidente do BAfD, incluindo mesa redonda com *stakeholders*, novembro;
- Ação GT-APPC de capacitação sobre o processo de *procurement* das multilaterais, novembro;
- Fórum sobre "Multilaterais" no âmbito do projeto AICCOPIN 2016-17, dezembro;
- 4.ª edição do CHRISTMAS *Get Together*, dezembro.

INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	83%	[70%;90%]	60%	100%	79%	100% Atingiu

Tal como em anos anteriores, no âmbito deste indicador foi realizado um exercício de avaliação de desempenho por parte do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, tendo-se levado a cabo uma consulta alargada junto dos participantes em vários seminários e iniciativas levadas a cabo, com o objetivo de avaliar a utilidade e adequação das mesmas às necessidades dos empresários e consultores nacionais.

Deste modo, foi aplicado um inquérito online junto das empresas e consultores participantes nas diversas iniciativas organizadas pelo Grupo de Trabalho, tendo-se obtido um grau de utilidade e adequação médio de 79%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida para 2017 - [70%;90%], e em conformidade com o resultado do período homólogo, embora ligeiramente abaixo.

05. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL						PLANEADO	EXECUTADO
						10%	10% Atingiu
INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	398	[325;375]	100%	400	346	100% Atingiu	

O acompanhamento deste indicador, definido para monitorizar o cumprimento do objetivo de garantir a disponibilização de informação, mostra que o desempenho do GPEARI nesta matéria tem vindo a melhorar ao longo dos anos, evoluindo positivamente no número de publicações e relatórios estatísticos produzidos.

As publicações e relatórios estatísticos que o GPEARI disponibiliza com regularidade são um ativo importante no que respeita à atividade do Gabinete e à prestação de serviços aos principais clientes.

Este indicador engloba os seguintes documentos:

Quadro 1. N.º de publicações e relatórios estatísticos

Publicações e relatórios estatísticos	Total
N.º de Newsletters publicadas	5
Boletim Mensal da Economia Portuguesa (colaboração GEE)	12
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;	256
Dossier de Indicadores de Conjuntura;	12
Notas - Situação Económica Internacional	11
Atualização dos Indicadores Coincidentes	12
Notas - Empréstimos e Taxas de Juro	5
Notas - Preços	5
Nota Económica de Curto Prazo (Flash)	6
Calendário de Publicações	4
Portugal Latest Key Development	12
Síntese Interna (report à Direção)	6
Total	346

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

PLANEADO

25%

EXECUTADO

30%

Superou

06. ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS

PLANEADO

100%

EXECUTADO

120%

Superou

	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 11.	Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	99,3%	[97,5%;98,5%]	100%	100%	99,6%	120% Superou

A tempestividade e a qualidade técnica das respostas às solicitações que são remetidas ao GPEARI, são consideradas um fator crítico para o desempenho. Com efeito, os documentos e solicitações remetidos ao GPEARI implicam um apertado controle dos prazos fixados para garantir a resposta atempada às diversas situações.

Tal como no ano anterior, verificou-se em 2017 que a percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo superou a meta estabelecida, mostrando uma evolução positiva face ao ano anterior. Das quase 1500 solicitações efetuadas ao GPEARI em 2017 (contra cerca de 1350 solicitações em 2016), apenas seis não foram respondidas dentro do prazo fixado, mostrando uma clara preocupação pelo escrupuloso cumprimento dos prazos, exigindo um esforço adicional de toda a organização.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

PLANEADO

25%

EXECUTADO

26,2%

Superou

07. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARI

PLANEADO

100%

EXECUTADO

104,8%

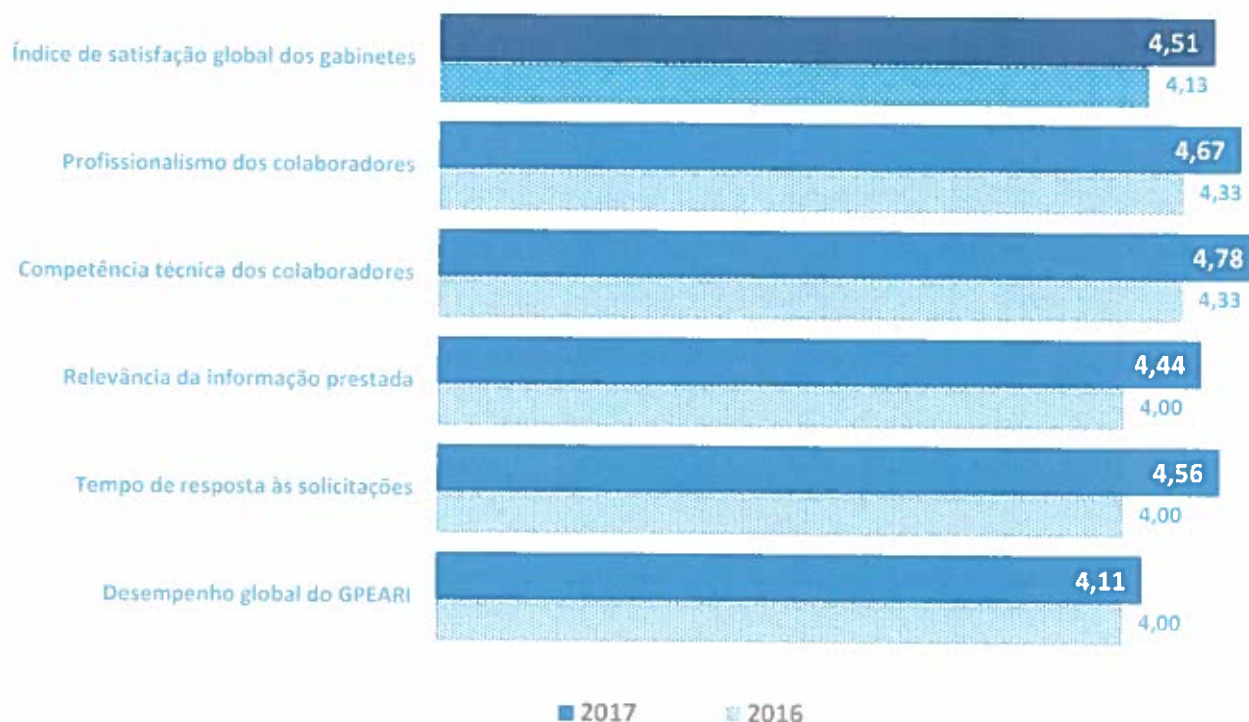
Superou

	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 12.	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,13	[4,0;4,2]	50%	5	4,51	110% Superou

Os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI são os Gabinetes Ministeriais, pelo que a análise do nível de satisfação deste grupo específico de utilizadores se reveste da maior importância para o Gabinete aferir a sua performance e avaliar os seus modos de atuação.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação que foram aplicados aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças. O questionário, constituído por cinco questões avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom), pretende avaliar as seguintes dimensões: (i) Desempenho global; (ii) Tempo de resposta; (iii) Relevância da informação; (iv) Competência técnica e (v) Profissionalismo.

Gráfico 2. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



O questionário contou com uma taxa de resposta de 25%, tendo esta sido bastante superior à do ano anterior (11%). Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,51, classificado como Muito Bom, verificando-se uma subida considerável face ao registado no ano anterior (4,13).

	INDICADORES	2016	META 2017	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2017	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 13.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,15	[4;4,2]	50%	5	4,08	100% Atingiu

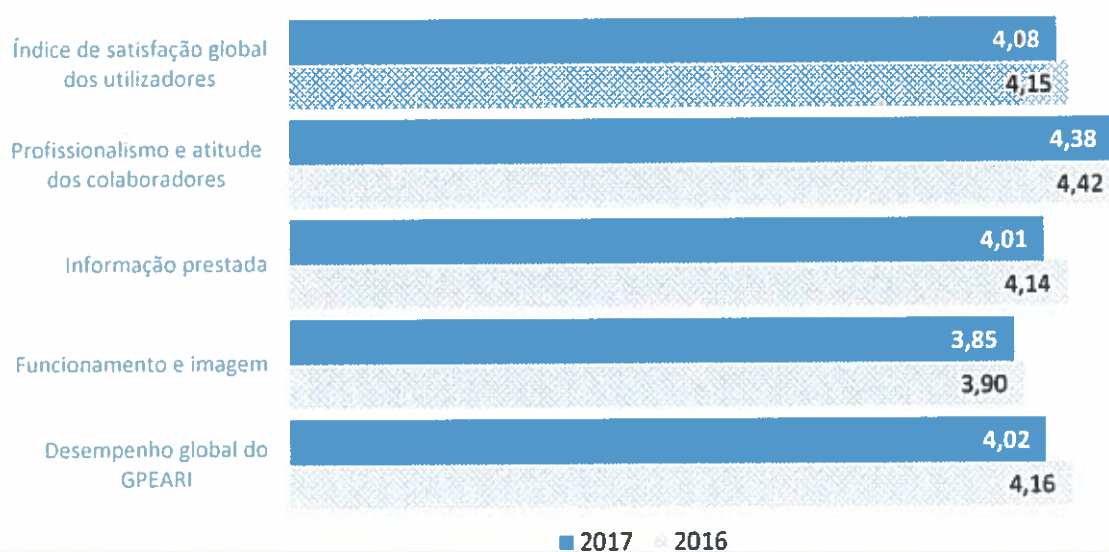
À semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente: (i) ao Funcionamento e imagem; (ii) à Informação prestada; (iii) ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores; (iv) e à Avaliação do desempenho global do GPEARl. Estas quatro dimensões traduziram-se num conjunto de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente).

Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se, por um lado a posição relativa do GPEARl face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e por outro lado o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARl no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A taxa de resposta aos questionários foi de 14% (ligeiramente inferior à verificada em 2016 – 16%), tendo sido enviados um total de 702 questionários. A satisfação média global dos utilizadores voltou a ultrapassar a fasquia da classificação *Bom*, tendo alcançado um valor de 4,08, alcançando-se a meta estabelecida no QUAR [4;4,2]. Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário.

Pese embora a satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pelo GPEARl tenha sido bastante positiva, os valores médios de satisfação verificados em 2017 ficaram ligeiramente abaixo dos obtidos em 2016.

Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores

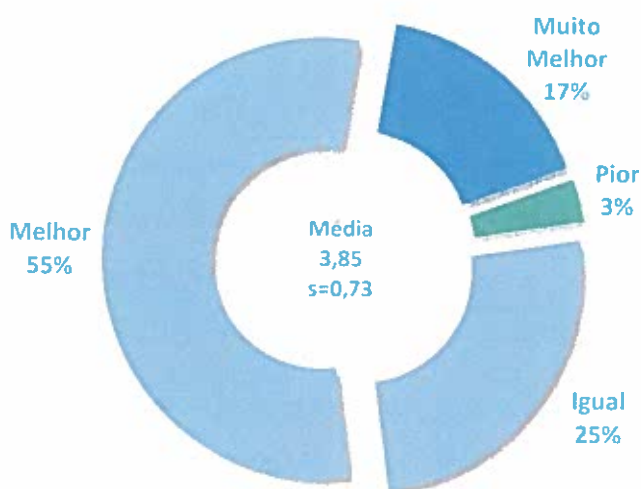


A dimensão relativa ao *Profissionalismo e atitude dos colaboradores* foi a que atingiu um índice de satisfação mais elevado (4,38), seguido do *desempenho global do GPEARI* com 4,02 pontos de classificação média.

Os itens com grau de satisfação mais elevados foram a *Cortesia dos colaboradores* com 4,55 e a *Competência técnica dos colaboradores* com 4,37, à semelhança do ano anterior. O item que colheu menor grau de satisfação foi a de *Melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço* com 3,68 pontos.

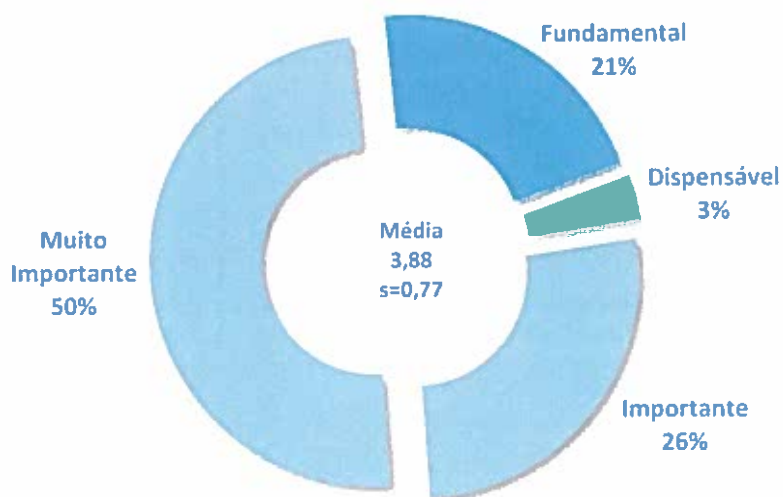
A comparação da prestação do Gabinete com outros organismos públicos mostrou que 72% dos utilizadores (78% em 2016) considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam.

Gráfico 4. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI, 21% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* (32% em 2016) e 50% consideram *Muito Importantes* (44% em 2016) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho.

Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARl no trabalho dos outros organismos



No questionário lançado no ano de 2017, os comentários e sugestões de melhoria identificados pelos utilizadores externos foram pouco representativos, centrando-se essencialmente na necessidade de modernizar o site e a informação neste disponível, sendo dada ênfase também à atualização dos indicadores, tempestividade e importância e sistematização da informação.

Encontra-se no anexo A2. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

3.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2017

Tal como em anos anteriores, durante o ano de 2017, a atividade do GPEARI continuou a ser fortemente condicionada pela envolvente económica e financeira nacional e europeia. A articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios e serviços públicos no âmbito da coordenação da representação portuguesa, no processo de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, a par de outros mecanismos europeus regulares de supervisão orçamental e multilateral, têm constituído um permanente e exigente desafio ao GPEARI, obrigando a uma constante pressão, num quadro de insuficiência de recursos humanos.

No contexto de gestão interna, foi aprofundado o processo de adaptação aos serviços partilhados nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, verificando-se um acréscimo significativo de tarefas e funções cuja responsabilidade voltou a ser cometida ao GPEARI, situação que obrigou a uma constante adaptação de procedimentos.

Paralelamente, a exigente gestão dos recursos orçamentais e controlo da despesa voltou a impor um esforço a toda a organização, em especial no controlo das principais despesas de funcionamento – deslocações e estadas.

Durante o ano de 2017, o GPEARI conseguiu reforçar a sua equipa mitigando assim uma manifesta necessidade verificada desde há alguns anos, principalmente depois da última alteração orgânica ocorrida em 2015. Todavia, num primeiro momento, o processo de integração, adaptação e formação dos novos técnicos exigiu de toda a organização um envolvimento ímpar e cujos frutos apenas serão sentidos, com efetividade, durante o ano de 2018 e seguintes.

Para além disso, o modelo de gestão orçamental durante o ano de 2017 obrigou a um constante reajuste de prioridades inviabilizando mais uma vez a execução do projeto de (re)Construção da Identidade Corporativa.

3.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a implementar ou melhorar um conjunto de medidas que visam a melhoria contínua do seu desempenho organizacional, e que se traduzem numa gestão mais eficiente e eficaz dos seus recursos disponíveis.

No âmbito do processo de monitorização e acompanhamento das suas atividades, o GPEARI continuou a utilizar a Aplicação para Monitorização dos Instrumentos de Gestão (AMIG), tendo sido alvo de algumas melhorias, nomeadamente no que respeita à discriminação das atividades que contribuem para os indicadores do QUAR. Esta ferramenta continua a facilitar o registo da atividade desenvolvida pelas unidades orgânicas e também dos objetivos e indicadores definidos em sede de QUAR, permitindo a monitorização periódica do Plano de Atividade e do QUAR, nos momentos pré-definidos. No entanto, e fruto da impossibilidade de implementação de uma ferramenta que permita algum grau de automatismo e consulta a outras fontes contribuindo para a consolidação da *accountability* da atividade desenvolvida, a monitorização da atividade tem vindo a exigir um acréscimo de trabalho aos dirigentes e colaboradores.

Apostando numa política de desmaterialização de processos, diminuição de necessidades de arquivo e poupança no consumo de papel e consumíveis de impressão, foram realizadas novas ações de sensibilização com vista a alargar o grau de adesão ao Sistema de Gestão Documental (SGD). Neste contexto, foi distribuído um manual de utilização sintético da ferramenta de SGD implementada no GPEARI. Durante o ano de 2018 prevê-se aumentar o potencial de utilização, alargando o leque de documentação tratada e classificada no SGD.

Paralelamente, continuou-se o processo de renovação dos equipamentos informáticos, cumprindo o plano de substituição dos postos de trabalho com maiores evidências de desatualização, tecnologia obsoleta e problemas de desgaste, decorrentes de uso intensivo.

No contexto da implementação de medidas de desenvolvimento organizacional e no sentido de promover a melhoria dos processos internos, foi iniciado o projeto de registo e controlo da assiduidade de forma automática. Assim, numa primeira fase, e no sentido de enquadrar as práticas de horários e assiduidade adotadas no GPEARI foi elaborado e publicado o Regulamento de Horário de Trabalho (RHT)³.

³ Regulamento 923/2016, de 13 de outubro, publicado no Diário da República n.º 197/2016, Série II.

A par da publicação do RHT foi iniciado o processo de implementação do sistema automático de registo de assiduidade, que passou pela instalação dos equipamentos de registo e pela parametrização da ferramenta tecnológica, que permite a gestão da assiduidade de todos colaboradores, facilitando os reportes periódicos, designadamente para efeitos de processamento de vencimentos.

Foram ainda adotadas medidas específicas com vista ao controlo e contenção da despesa, cumprindo as orientações veiculadas nesta matéria. Assim, além de se ter dado continuidade aos procedimentos de acompanhamento das verbas destinadas às deslocações e estadas - atendendo ao peso que representam no orçamento do GPEARi (56% da execução global na aquisição de bens e serviços) e à criticidade destas deslocações ao estrangeiro para representação internacional e participação regular nos trabalhos da União Europeia na atividade do GPEARi, foram também implementadas medidas no sentido de controlar as despesas decorrentes do consumo de papel e consumíveis de impressão.

Ainda durante o ano de 2017, no âmbito do processo de recrutamento de técnicos superiores, foi concluída a elaboração de um Guia de integração e acolhimento cujo objetivo foi fornecer todas as informações que pudessem facilitar o envolvimento nas atividades do GPEARi, contribuindo para uma identificação da cultura organizacional e uma integração imediata como membro ativo da equipa.

Foram ainda desenvolvidos esforços no sentido de reforçar a cultura organizacional e os mecanismos colaborativos de partilha e transferência de conhecimento no plano interno, nomeadamente por via da organização e divulgação de seminários técnicos.

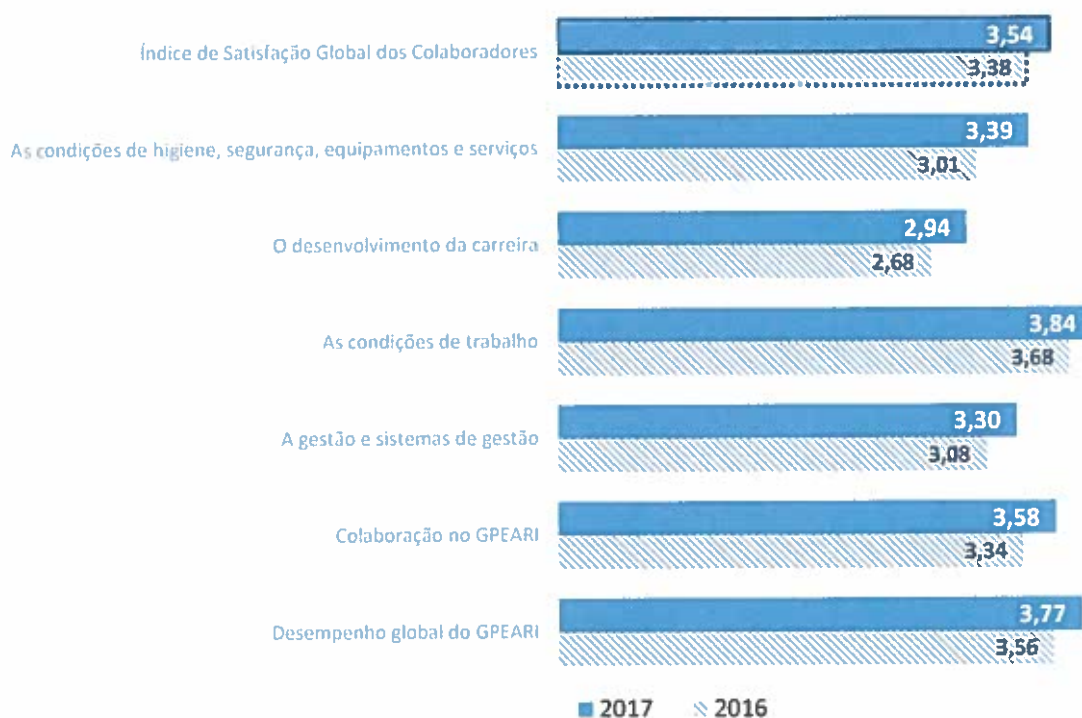
3.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

No âmbito da autoavaliação do GPEARl foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percebem a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões: (i) colaboração no GPEARl; (ii) gestão e sistemas de gestão; (iii) condições de trabalho; (iv) desenvolvimento da carreira; e, (v) condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços e uma questão genérica Desempenho global do GPEARl.

A audição foi realizada entre os dias 28 de fevereiro e 9 de março de 2018, tendo sido enviados questionários para os 61 colaboradores elegíveis e recebidas 30 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 49,2%, inferior à registrada no ano anterior.⁴

Gráfico 6. Satisfação média global dos Colaboradores



⁴ No inquérito de satisfação relativo ao ano anterior foram identificados 47 colaboradores elegíveis e foram recebidos 32 questionários válidos, correspondendo a uma taxa de resposta de 68,1%.

A satisfação média global dos colaboradores do GPEARi incluindo as cinco dimensões estudadas foi de 3,54, superior aos valores registados nos dois anos anteriores (em 2016 foi de 3,38 e em 2015 foi de 3,49), melhorando, por isso, o nível de satisfação para Bom.

Embora seja na dimensão relativa às *condições de trabalho* que se verifica o grau de satisfação médio mais elevado, foi nas *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços* que se verificou a maior subida relativamente ao ano anterior.

Esta evolução positiva do Índice de Satisfação Global dos Colaboradores pode ser, em parte, consequência do Plano de Melhorias implementado em resposta às sugestões e comentários constantes dos questionários de satisfação dos colaboradores. Foram identificadas 30 medidas, tendo cada uma destas sido classificada sob as dimensões custo e dificuldade de implementação. Como base nesta análise, foram identificadas as medidas elegíveis para implementação num contexto de fortes restrições orçamentais e de reorganização interna decorrente da entrada de novos colaboradores.

Assim, foram totalmente implementadas 9 das 30 medidas previstas, o que se traduz numa taxa de execução de 30%. De entre as medidas executadas, destacam-se as seguintes:

- Melhorar a adequação dos computadores aos colaboradores;
- Renovar e ampliar as instalações da copa;
- Elaborar e divulgar manual do S.A.R.A. (Sistema Automático de Registo de Assiduidade);
- Criar o projeto GPEARi *Cares* que tem como objetivo divulgar e incentivar a preocupação ambiental e social através de ações de solidariedade.

A análise aos resultados da satisfação deverá considerar não só a constante pressão a que os colaboradores estão sujeitos devido às novas atribuições que é necessário acompanhar, sem o necessário reforço de recursos, mas também a profunda alteração verificada devido à necessidade de integração e formação de 14 novos técnicos.

No anexo A2. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Colaboradores*.

3.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A4, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:

Ambiente de controlo

- Estão garantidos as principais regras de cumprimentos da legalidade, regularidade e boa gestão, estando definidos os valores éticos e de integridade que regem o serviço e privilegiando-se uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.

Estrutura organizacional

- Obedece às regras definidas legalmente, verificando-se a aplicação da avaliação de desempenho (SIADAP 2 e 3) à totalidade dos colaboradores. Foi ainda garantida a formação possível aos colaboradores (mais de 80% dos colaboradores fizeram alguma ação de formação).

Atividades e procedimentos de controlo administrativo

- As implementados no serviço estão garantidos, existindo alguns manuais de procedimentos para determinados processos, estando as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos definidas, embora ainda não formalizadas. A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadece com sistemas rotativos. O GPEARI detém um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Fiabilidade dos sistemas de informação

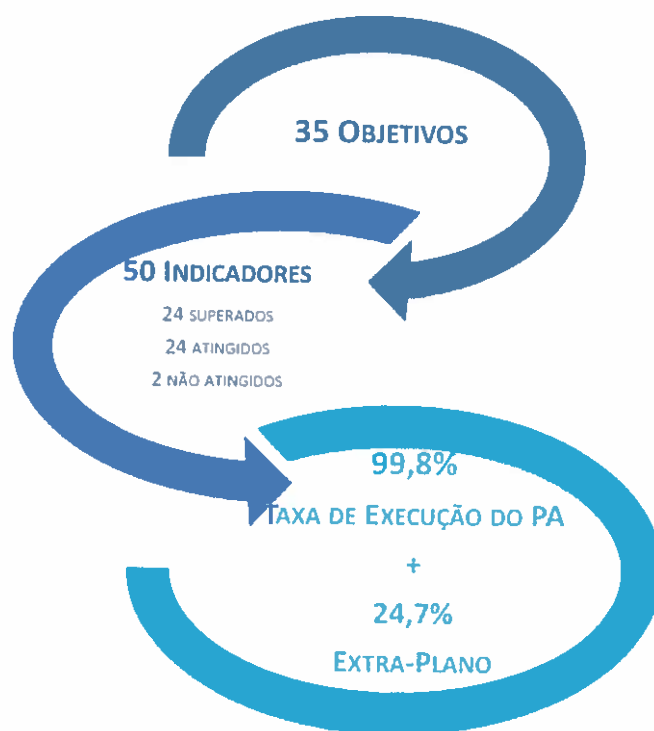
- As aplicações, nomeadamente de suporte ao processamento de dados, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
- Estão garantidos os requisitos de segurança relativamente a acessos às áreas partilhadas e a política de backups salvaguarda a informação dos computadores de rede.

3.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

O modelo de planeamento dos instrumentos de gestão do GPEARI assenta numa estreita ligação entre os indicadores e objetivos que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas, no entanto, existem atividades que não se encontram plasmadas no QUAR.

Assim, foram definidos para as unidades orgânicas e task-force de acompanhamento PPS-PPM um total de 35 objetivos, que se traduziram em 50 indicadores, dos quais 24 foram superados, 24 foram atingidos e dois não atingidos (mas com execuções muito próximas dos 100%).

Figura 4. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Com efeito, o plano de atividades definido para 2017 foi executado quase na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 99,8%. Ainda assim, e a acrescer à atividade das unidades orgânicas previstas foram ainda executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos Gabinetes Ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a mais 24,7% da atividade, em parte possível devido ao reforço de recursos humanos.

Todas as unidades orgânicas registaram atividades além das planeadas, descrevendo-se, de seguida as principais áreas de intervenção de cada unidade, bem como uma síntese do seu desempenho. No anexo A3. estão detalhados os objetivos, indicadores e atividades de cada uma das unidades orgânicas,

justificando-se os desvios positivos e negativos dos resultados face ao planeado. Em termos sintéticos, as principais atividades e resultados desenvolvidos pelas unidades orgânicas foram as seguintes:

DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

Quadro 2. Atividades do Departamento de Análise, Estudos e Previsão

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO DAEP
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal Documento de Estratégia Orçamental, Relatório do Orçamento do Estado, Grandes Opções do Plano, Plano Nacional de Reformas, Conta Geral do Estado Conjuntura económica nacional e internacional Missões da Troika (C.E, BCE e FMI), OCDE, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: <i>Economic Forecasts</i>, <i>Output Gaps</i>, <i>LIME</i> Avaliação do Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”

Para o DAEP foram definidos, para 2017, seis objetivos que se traduziram em oito indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma taxa de execução do plano de 99,7%, executando mais 13,7% de atividades extra-plano, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Cinco indicadores superados (62,5%);
- Dois indicadores atingidos (25%)
- Um indicador não atingido (12,5%)

DPFP | DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

Quadro 3. Atividades do Departamento de Políticas e Finanças Públicas

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO DPFP
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal Documento de Estratégia Orçamental, Relatório do Orçamento do Estado, Grandes Opções do Plano, Plano Nacional de Reformas, Conta Geral do Estado Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública Missões da Troika (C.E, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: <i>Economic Forecasts</i>, <i>Output Gaps</i>, <i>LIME</i>, <i>Ageing Population and Sustainability</i> Conselho Económico e Social, Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde

Para o DPFP foram definidos, para 2017, cinco objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 59,4% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Sete indicadores superados (78%);
- Dois indicadores atingidos (22%);
- Sem indicadores não atingidos (0%);

DMSPL | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA

Quadro 4. Atividades do Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa

Áreas de Intervenção do DMSPL
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, <i>Task Force on Coordinated Action</i>, CPE, Conselho Europeu CIAE, CIPE, CNDH Comité Serviços Financeiros da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comitês de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Comité Serviços Financeiros da OCDE Acompanhamento de iniciativas no âmbito dos mercados e serviços financeiros, nomeadamente quanto à supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestores de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente) Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, convenções, acordos e protocolos

Para o DMSPL foram definidos, para 2017, quatro objetivos que se traduziram em seis indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 5,6% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (33%);
- Quatro indicadores atingidos (67%);
- Sem indicadores não atingidos (0%);

DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

Quadro 5. Atividades do Departamento de Política Económica

Áreas de Intervenção do DPE

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
Conselho ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE
Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela nova legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento; Procedimentos de Défices Excessivos
Acompanhamento da atividade das Instituições Financeiras Europeias: MEE, FEEF, BEI e CEB
Acompanhamento da atividade de Instituições Internacionais: Fundo Monetário Internacional e os processos conjuntos com o Banco de Portugal
Elaboração de contributos para Balanço da Participação de Portugal na União Europeia

Para o DPE foram definidos, para 2017, quatro objetivos que se traduziram em cinco indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma taxa de execução do plano de 100%, executando mais 23% de atividades extra-plano, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Três indicadores superados (60%);
- Dois indicadores atingidos (40%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quadro 6. Atividades do Departamento Cooperação e Relações Internacionais

Áreas de Intervenção do DCRI

Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica de âmbito CPLP (PICAT Aduaneiro e PICAT IGF)

Cimeiras Bilaterais/ Encontros de alto nível

Instituições Financeiras Internacionais, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Corporação Andina de Fomento

Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento

Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceria; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Fundo Global para o Ambiente

Fundo Comum de Produtos de Base

Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe

Comissão de Acompanhamento do MAMMF

Facilidade de Investimento para a Vizinhança

Eficiência e Eficácia da Ajuda, Trust Fund bilaterais

African Management Services Company / African Training Management Service

No ano de 2017 para o DCRI foram definidos seis objetivos que se traduziram em oito indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução das atividades planeadas de 100%, tendo executado ainda 2,6% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Quatro indicadores superados (50%);
- Quatro indicadores atingidos (50%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quadro 7. Atividades do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional

Áreas de Intervenção do DADO
Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças
Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF
Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças
Participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS
Coordenação do processo de planeamento do GPEARI
Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação
Monitorização e acompanhamento do Programa "Pagar a Tempo e Horas"
Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados
Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistema de Gestão Documental

Para o ano de 2017 o DADO comprometeu-se com oito objetivos que se traduziram em dez indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, tendo executado mais 3,4% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Um indicador superado (10%);
- Nove indicadores atingidos (90%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

TASK FORCE PPS-PPM | EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM

Quadro 8. Atividades no âmbito da Task Force PPS-PPM

Áreas de Intervenção da Task Force PPS - PPM

Coordenação e acompanhamento das missões do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Para o ano de 2017 a Task Force PPS-PPM comprometeu-se com dois objetivos que se traduziram em quatro indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 99,2%, tendo executado mais 65,4% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (50%);
- Um indicador atingido (25%)
- Um indicador não atingido (25%)

3.7. RECURSOS HUMANOS

No mapa de pessoal para 2017 estavam previstos 76 lugares, tendo o GPEARi, a 31 de dezembro, 65 colaboradores em exercício de funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade (três técnicos superiores e um assistente técnico) e em cedência de interesse público (dois técnicos superiores).

Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 9. Mapa de pessoal para 2017 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	2	67%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	14	12	86%
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas*	46	44	96%
Técnico Superior	4	0	0%
Coordenador Técnico	1	1	100%
Técnico de Informática	3	3	100%
Assistente Técnico	4	2	50%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	76	65	86%

*inclui o lugar previsto no mapa de pessoal de 1 chefe de equipa o qual a 31.12.2017 não estava preenchido

Inclui 3 técnicos superiores em mobilidade inter-carreiras

Inclui 1 peritos destacados

Na sequência do procedimento concursal externo para recrutamento de 14 Técnicos Superiores Especialistas em Orçamento e Finanças Públicas, foi possível reforçar o preenchimento dos lugares previstos no mapa de pessoal do GPEARi para 2017, permitindo desta forma mitigar um manifesto défice de recursos humanos que vinha a verificar-se nos últimos anos.

No entanto, as dificuldades de recrutamento no universo da administração pública mantêm-se, não tendo sido possível, por essa via, preencher os restantes lugares previstos no mapa de pessoal.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARI, em 2017, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária baixa: 40,4 anos, na sequência do ingresso de 14 jovens colaboradores a média etária baixou significativamente;
- Género: existe uma distribuição relativamente equitativa entre homens e mulheres nos vários grupos profissionais (a taxa de feminização é de 54%), existindo um ligeiro predomínio do sexo feminino. No grupo dos dirigentes intermédios existe uma clara primazia de mulheres.
- Elevada taxa de habilitação superior: 89% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cuja valor para 2017 era 57,8%, segundo o [Boletim do Observatório do Emprego Público n.º17](#) de dezembro de 2017). A maior parte dos colaboradores do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 68%);
- Absentismo: verificou-se um decréscimo bastante significativo relativamente ao ano de 2016. A taxa de absentismos (excluindo ausências por motivo de férias) foi de 3%.
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a 2,411 M€, representando um ligeiro aumento relativamente aos encargos em 2016 (2,299 M€).
- Formação: em 2017 verificaram-se 43 participações em ações de formação num total de 1090,5 horas lecionadas. Devido às restrições orçamentais as participações em ações de formação foram menores que em anos anteriores.

Informação adicional, relativa à área de recursos humanos, pode ser consultada no Balanço Social do GPEARI, disponível no Anexo 6 do presente relatório de atividades, bem como o painel de indicadores gerais desde 2010 até 2017.

3.8. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento global aprovado para o ano de 2017 ascendeu a 3,361 M€, fixando-se o orçamento corrigido líquido de cativos em 2,878 M€, em resultado das disposições constantes da Lei do OE e DLEO, o que representou uma redução de 14,4% face ao orçamento inicialmente previsto (-13,7% no orçamento de funcionamento geral e -16,5% no orçamento da cooperação).

Quadro 10. Recursos Financeiros em 2017

	Orçamento aprovado	Orçamento Corrigido	Execução	
Orçamento de Funcionamento - Geral	€ 2.551.351	€ 2.202.660	€ 2.077.639	94,3%
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	€ 809.767	€ 676.103	€ 618.316	91,5%
Total	€ 3.361.118	€ 2.818.763	€ 2.695.954	93,6%

Relativamente ao orçamento de Funcionamento - Geral, o executado ascendeu a 2,077 M€, salientando-se o peso das despesas com o pessoal (90%), seguido de aquisição de bens e serviços (8%) e Investimento (2%).

Do orçamento de Funcionamento - Cooperação, foram executados 0,618 M€, dos quais 87% relativos a despesas com o pessoal, 11% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas. No Anexo 5 constam os mapas relativos à execução orçamental.

A taxa de execução do orçamento de 2017 foi de 93,6%, ficando aquém da execução de 96,4% verificada em 2016, mas demonstrando uma melhor execução que as verificadas entre 2010 e 2015.

Gráfico 7. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral por rubricas

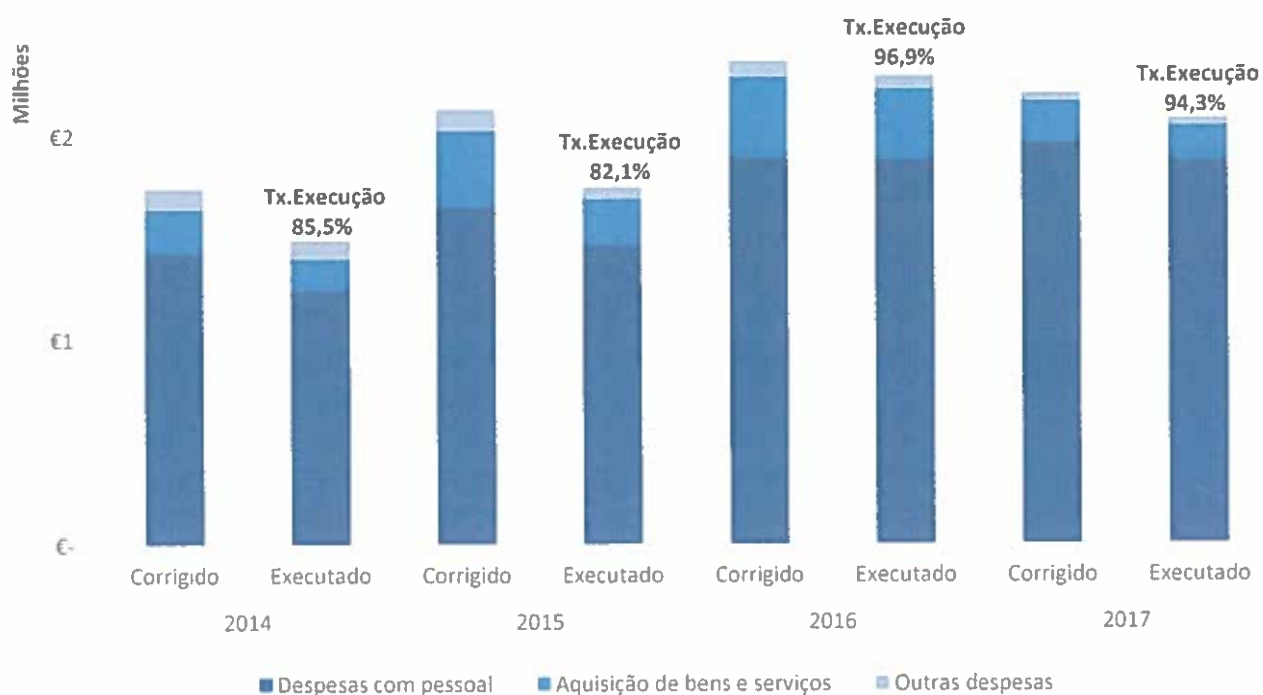
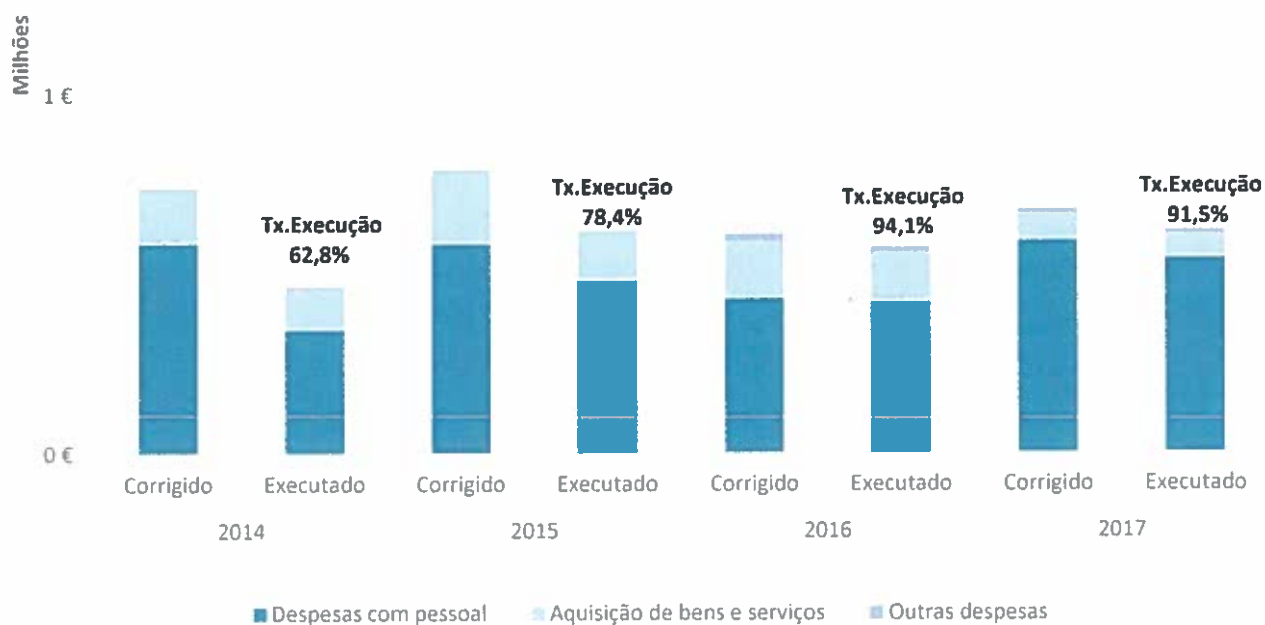


Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação por rubricas



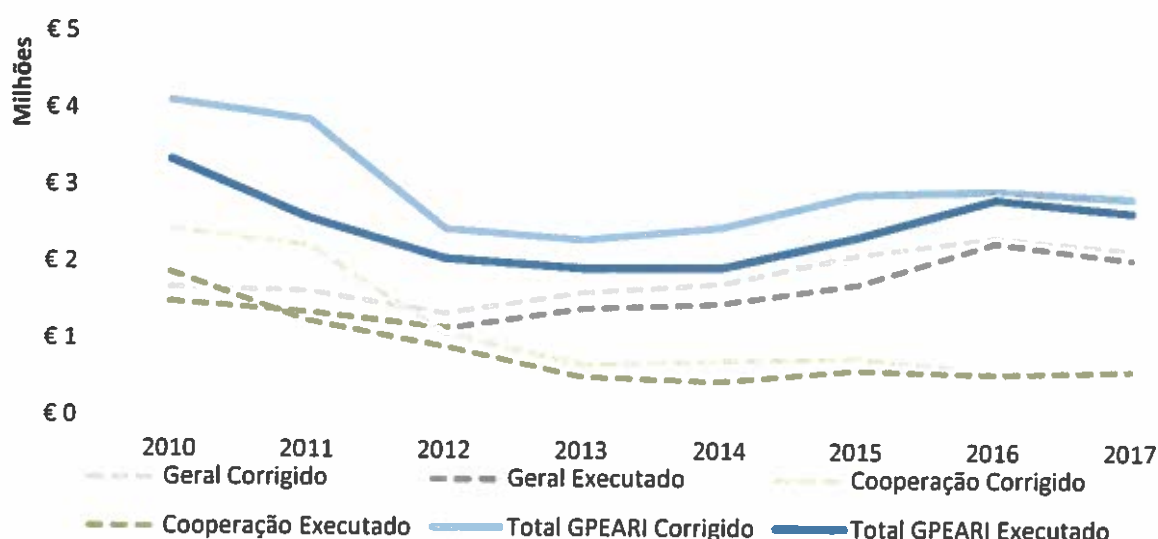
Quadro 11. Evolução do Orçamento do GPEARI

(Em euros)

	2014		2015		2016		2017	
	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado
Funcionamento - Geral	€ 1.739.677	€ 1.486.555	€ 2.127.179	€ 1.746.159	€ 2.361.061	€ 2.288.416	€ 2.202.660	€ 2.077.640
Funcionamento - Cooperação	€ 738.223	€ 463.313	€ 788.191	€ 618.196	€ 609.755	€ 574.055	€ 676.103	€ 618.316
TOTAL	€ 2.477.900	€ 1.949.868	€ 2.915.370	€ 2.364.355	€ 2.970.816	€ 2.862.471	€ 2.878.763	€ 2.695.955

A evolução do orçamento do GPEARI evidencia que, após um decréscimo de 41,8% no orçamento executado de 2013 comparado com o executado em 2010 (-22,7% em 2011, -20,1% em 2012 e -5,8 em 2013), assiste-se a uma lógica de recuperação dos valores executados entre os anos de 2014 e 2016 (0,4% em 2014, 21,7% em 2015 e 21,1% em 2016). Importa registar que, não obstante a tendência crescente desses anos, o valor total executado do orçamento de 2017 acaba por ser 5,8% inferior ao executado em 2016 e 19,2% inferior ao executado em 2010.

Gráfico 9. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



3.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O GPEARI para o ano de 2017 comprometeu-se a desenvolver e implementar um conjunto de oito objetivos operacionais, que materializam a estratégia do Gabinete e traduzem as suas prioridades de atuação. Destes objetivos, um diz respeito ao parâmetro da qualidade, dois de eficiência e cinco de eficácia, tendo sido todos superados.

Foram superados cinco objetivos e atingidos outros três, tendo o GPEARI alcançado um resultado global cerca de 10 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 110,4%, ligeiramente acima do resultado alcançado nos últimos 2 anos), o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência, quer pelo desenvolvimento das atribuições que lhe foram cometidas mais recentemente, quer pelo enquadramento e integração dos novos técnicos (14) que vieram reforçar a equipa. Importa referir que os recursos humanos recrutados em 2017 vieram mitigar uma manifesta carência de técnicos especializados, todavia, durante o ano de 2017 e parte do ano de 2018 exigirão um contínuo de formação e acompanhamento com impacto na organização funcional e operacional do GPEARI.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e atendendo aos resultados apresentados propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de **“Desempenho Bom”**.

4. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução de Conselho de Ministros nº 103/2013, de 31 de dezembro, aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017. Este documento representa o compromisso do Governo com a definição e execução de políticas públicas que promovam a cidadania, a igualdade de género e a não discriminação em função da orientação sexual.

Ao longo de 2017, o GPEARI coordenou e participou na execução das oito medidas previstas no Plano para a Igualdade do MF, cinco das quais com correspondência direta com medidas previstas no V PNI.

Neste contexto, no âmbito da Medida 2 – *Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género*, foi dada indicação a todos os organismos da Administração Pública inscrevessem no respetivo orçamento uma verba referente à política de prevenção da violência doméstica, de proteção e de assistência das suas vítimas, de acordo com o previsto no nº1 do artº18 da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro, do Orçamento do Estado para 2017.

Foi ainda dada continuidade à introdução de linguagem inclusiva nos modelos de documentos do GPEARI promovendo a implementação da Medida 7 do V PNI – *Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género no MF*.

No âmbito da Medida 5 do V PNI – *Monitorizar a aplicação do regime jurídico do setor empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração*, o GPEARI elaborou o Relatório anual sobre o cumprimento do regime jurídico do setor empresarial do Estado relativo a 2016, com base em informação recolhida pela DGTF e DGAEP.

Para além da execução do Plano para a Igualdade do MF, foi difundida pelos vários serviços do MF a realização do III Curso de Formação em Igualdade de Género promovido pelo CEJUR e pela CIG, resultando em 18 participações de membros do MF maioritariamente no módulo de formação sobre “Orçamentos Sensíveis ao Género”.

O GPEARI assegurou ainda a representação do MF na totalidade das reuniões do Conselho Consultivo e do Grupo de Trabalho do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017 assim como a resposta a todas as solicitações de dados apresentadas pela CIG, nomeadamente:

- monitorização da implementação da Lei n.º 62/2017, que regulamenta o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, fornecendo informação sobre existência de planos para a igualdade e representação de equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial, cuja resposta foi articulada com a DGAEP e DGTF;
- informação relativa a queixas de discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços em cada um dos serviços do MF, no âmbito da monitorização da Lei n.º 14/2008, de 12 de março.

Foram também iniciados os trabalhos de preparação do novo plano sectorial em matéria de igualdade após uma reunião entre as conselheiras do MF e os membros da equipa interministerial.

Para além disso, o GPEARl prestou contributos que relevam da área de competências do MF para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Atividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos em 2017 e de elaboração do Plano de Atividades da referida Comissão para 2018.

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, no seu artigo 40º veio impor a obrigatoriedade de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação, bem como de avaliar a sua aplicação em cada ano e a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

O GPEARI tem vindo a desenvolver esforços neste âmbito, no sentido da adoção de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, designadamente, na potenciação das funcionalidades do sistema de gestão documental que vem permitindo a desmaterialização de alguns procedimentos, garantindo a rastreabilidade da documentação.

Foram iniciados os trabalhos para o desenvolvimento e implementação de um Manual de Procedimentos Internos que permitirá a reengenharia de processos, nomeadamente por via da eliminação de atividades redundantes e maior controlo e acompanhamento dos processos críticos da atividade do GPEARI. A poupança estimada decorrerá dos aumentos de eficiência e produtividade daí resultantes, apenas visíveis nos próximos anos.

Durante o ano de 2017 foram aprofundados os procedimentos, em colaboração com a Secretaria-Geral, no sentido de evitar a geração de documentos em papel considerados acessórios ao tratamento dos processos, nomeadamente no que diz respeito aos processos partilhados. Esta medida teve um impacto verificável no ano de 2017, designadamente na diminuição do consumo de papel.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, veio enquadrar a adoção de medidas que contribuam para a racionalização e controlo da despesa, num quadro de maior simplificação e modernização administrativa, de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão.

Paralelamente, na continuação dos esforços que o GPEARI tem desenvolvidos nos últimos anos, reforçou-se o incentivo à desmaterialização de processos, a disseminação de sistemas de gestão documental e eletrónica e a adoção de orientações para uma política de impressão ambientalmente responsável.

Neste contexto, foram analisados os perfis de consumo de impressões, fotocópias e papel e foram adotadas medidas de divulgação e controlo de consumos específicas para a realidade do GPEARI, tendo sido criado o projeto GPEARI *Green* com o objetivo de promover um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável.

6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010 de 25 de junho, define que deve ser incluído no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARI durante o ano de 2017 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional a registar.

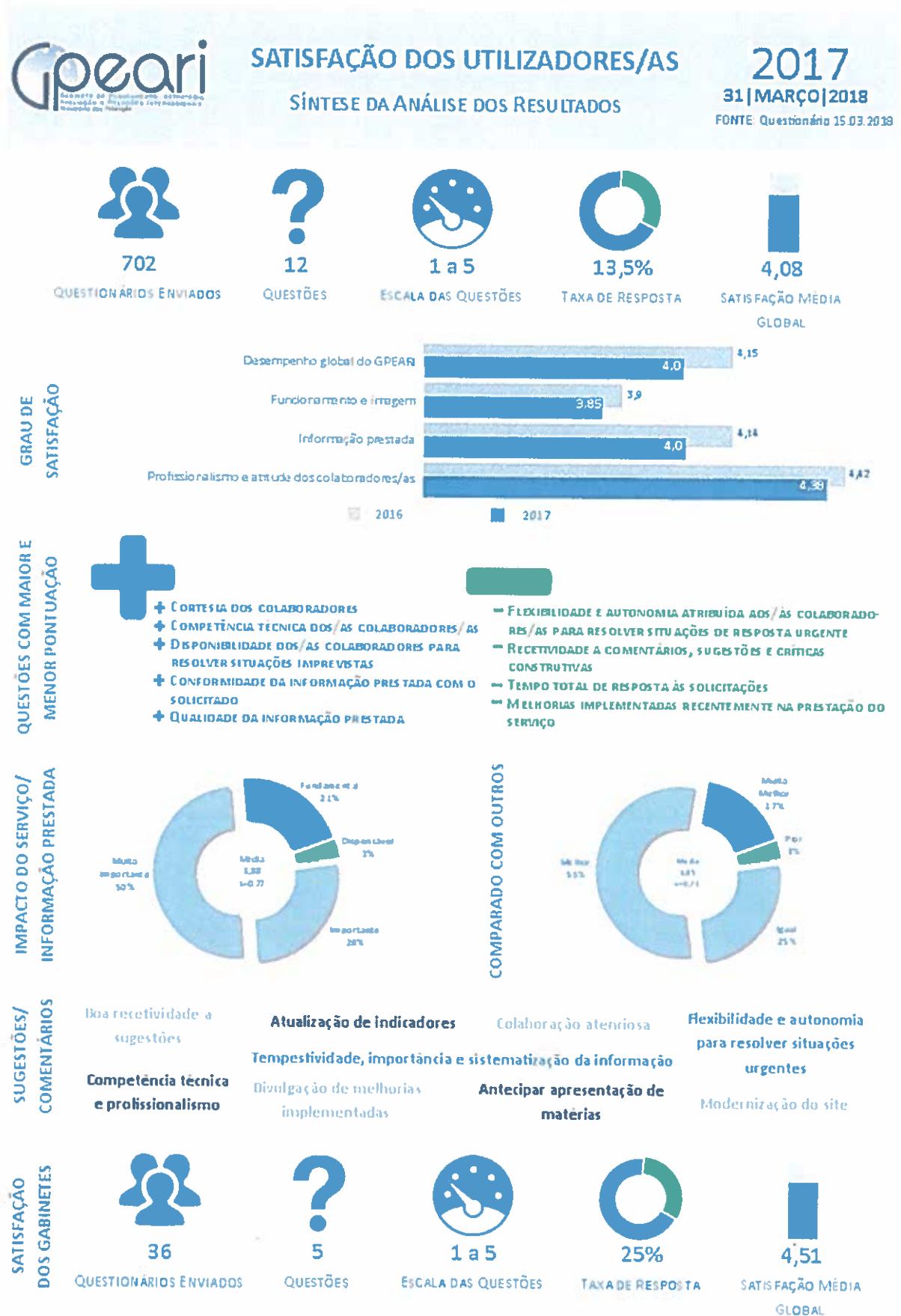
ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CEJUR	Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	European Banking Committee
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance
EGDMI	Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure
EGESC	Commission Expert Group of the European Securities Committee
EGMC	Commission Expert Group on Mortgage Credit
EGRFS	Expert Group on Retail Financial
EIOPC	European Insurance and Occupational Pensions Committee

ESC	European Securities Committee
ESM	European Stability Mechanism
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	Eurogroup Working Group
FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FGP	Fórum Global para a Produtividade
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
GT FUESEN	Grupo de trabalho para a constituição de um ficheiro único de unidades estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMMF	Mecanismo de Acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Payments Committee
PDE	Procedimento por Défices Excessivos
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PNI	Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SCIMF	Sub-Committee on IMF Issues
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TFCA	Task Force on Coordinated Action
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia

A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO – UTILIZADORES, GABINETES E COLABORADORES





61

QUESTIONÁRIOS ENVIADOS



28

QUESTÕES



1 a 5

ESCALA DAS QUESTÕES



49,2%

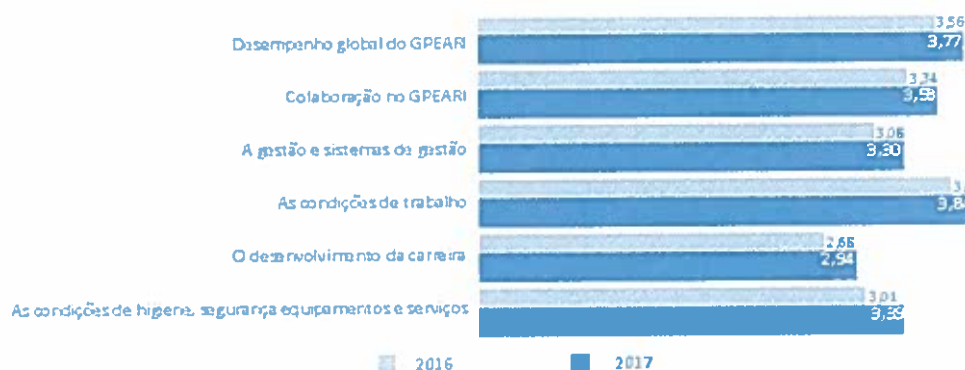
TAXA DE RESPOSTA



3,54

SATISFAÇÃO MÉDIA
GLOBAL

GRAU DE
SATISFAÇÃO



QUESTÕES COM MAIOR E
MENOR PONTUAÇÃO



- + A EQUIPA ONDE ESTÁ INSERIDO/A
- + A COMUNICAÇÃO COM A CHEFIA DIRETA DA EQUIPA ONDE ESTÁ INSERIDO
- + A IGUALDADE DE TRATAMENTO NO GPEARI
- + O SEU CONTRIBUTO NA PROSECUÇÃO DA MISSÃO DO GPEARI
- + O AMBIENTE DE TRABALHO



- A FORMA COMO A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL FOI EXECUTADA
- A FORMA COMO OS SEUS OBJETIVOS INDIVIDUAIS E PARTILHADOS SÃO FIXADOS
- AS AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS ATÉ AO PRESENTE
- A PROMOÇÃO DA MUDANÇA E A MODERNIZAÇÃO
- A POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

SATISFAÇÃO COM
ÁREAS DE APOIO



- Melhorou face a 2016
- Piorou face a 2016
- Tempo de resposta
- Qualidade da resposta

SUGESTÕES/COMENTÁRIOS

Difundir Estratégia
Melhorar Fabasoft
Recompensas
Mais Formação
Melhor Comunicação Interna
Avaliação SIADAP
Limpeza das Instalações
Envolver Trabalhadores
Melhor Divulgação
Representantes dos Trabalhadores

A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

Unidade Orgânica											
DAEP											
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades
001 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económicas-financeiras do MF	45%	1	Nº de documentos de política económica elaborados em colaboração	[8-12]	35%	13	108%	15,8%	15,8%	1,3%	A execução ultrapassou ligeiramente a meta definida, particularmente por via do conjunto de solicitações de Gabinetes Governamentais.
		2	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[16-24]	35%	33	138%	15,8%	15,8%	5,9%	A execução ultrapassou a meta definida em 38%, devendo-se em grande parte ao nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política no que respeita a seminários ter sido 3 vezes superior ao inicialmente previsto.
		3	Numero de reuniões asseguradas	[20-30]	30%	35	117%	13,5%	13,5%	2,3%	Foram garantidas mais reuniões do que o previsto, destacando-se as referentes ao CSE do INE - GT Macroeconómicas.
002 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	5%	4	Numero de reuniões asseguradas	[5-9]	100%	16	178%	5,0%	5,0%	3,9%	Foram garantidas mais reuniões do que o previsto, designadamente relativas ao Output Gap e TIME.
003 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	5	Numero de reuniões asseguradas	[4-6]	100%	6	100%	5,0%	5,0%	0%	Execução dentro do previsto.
004 Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	15%	6	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[335-355]	100%	341	100%	15,0%	15,0%	0%	Execução dentro do previsto.
005 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	7	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%-99,5%]	100%	100,00%	102%	25,0%	25,0%	0,4%	Todas as solicitações externas foram respondidas dentro do prazo fixado.
006 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	8	Grau de satisfação dos utilizadores do DAEP	[4-4,2]	100%	3,79	95%	5,0%	4,7%	0%	Taxa de resposta: 5% Universo: 172 Resultados: 2016: 4,29
Taxa de Execução Global								99,7%	13,7%		

DPFP | DEPARTAMENTO DE POLITICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

Unidade Orgânica DPFP									
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Métr.	Peso do Indicador	Resultado	T. Execução PA	T. Execução PA	Observações/Justificações	Atividades
001 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas econômico-financeiras do MF	50%	1) Nº de documentos de política econômica elaborados	[6;12]	35%	10	100,0%	17,5%	A execução deste indicador decorreu de acordo com o previsto, tendo sido encerrada a prestação inicial a pensar no que respeita aos pedidos diretos do Gabinete.	Elaboração de contributos, essencialmente, para o Programa de Estabilidade, Orçamento do Estado e Conta Geral do Estado. Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas e finanças públicas.
		2) Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[14;10]	35%	24	120,0%	17,5%	Verificou-se uma execução acima do previsto na produção de documentos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis relacionadas com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionadas para os decisores políticos do MF. Elaborar a previsão trimestral do défice da Administração Pública. Atualizar o Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa por subsector das Administrações Públicas e aprofundar as projeções da Receita Fiscal.	Elaborar análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis orçamentais; Elaborar documentos relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionadas para os decisores políticos do MF. Elaborar a previsão trimestral do défice da Administração Pública. Atualizar o Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa por subsector das Administrações Públicas e aprofundar as projeções da Receita Fiscal.
002 Apoiar a definição de linhas estratégicas a orientadas de intervenção do MF e assegurar a coerência no âmbito das Políticas Europeias (Múltiplas Económicas e de análise orçamental).	35%	3) Número de reuniões asseguradas	[17;23]	30%	50	217,4%	15,0%	O número de reuniões asseguradas face às planeadas foi largamente superior, o que se justifica pelo elevado número de reuniões asseguradas no âmbito do Artigo IV do FMI - Fiscal, do PPS-PM e do Forecast Meeting.	Preparar e participar em reuniões no âmbito das missões PPS/PM, Artigo IV do FMI, Agências rating/bancos de investimento, OCDE, Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas e Grupo de Trabalho das Administrações Públicas. Preparar e participar em reuniões de trabalho conjunto com o IMT, G.C.S. Saúde, projeções da população e da responsabilidade do sistema de pensões (tabela 29 SEC010).
		4) Número de reuniões asseguradas	[6;10]	25%	12	120,0%	3,5%	Execução dentro do previsto, com uma ligeira superação.	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE, Output BPP, AWG, Subcomité de Estatísticas do BCE e outras considerações necessárias.
		5) Nº de Relatórios produzidos	[1;3]	25%	11	366,7%	11,3%	Este indicador superou grandemente a previsão efetuada, tendo sido elaborados relatórios de comparação de estimativas OZPE e Execução/EC Forecast, cumprimento da Regra da Dívida no período de transição (pos-PDS) e análise da Despesa 2016. Consumo Intermediário, Despesas com Pessoal e EREC.	Elaborar a country fiche de PFE e a colaboração e Relatórios do Investimento da População (2018); metodologia e resultados.
003 Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	10%	6) Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[35;38]	100%	55	157,1%	10,0%	O número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados foi ultrapassado face ao previsto, uma vez que foram elaborados mais Dossiers de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais e foi elaborada mensalmente a Nota de Dívida.	Elaborar o Dossier Finanças Públicas e de Comparações Internacionais; Elaborar, em colaboração, o BAPP, o Dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development.
004 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	20%	7) % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	100,00%	101,5%	20,0%	Execução dentro do previsto, com uma ligeira superação.	Elaborar documentos de apoio à definição da posição nacional no âmbito da governação orçamental europeia. Elaborar documentos diversos de apoio aos gabinetes ministeriais.
005 Melhorar a projeção externa do GFAPI	5%	8) Grau de satisfação dos utilizadores do DPFP	[6;42]	40%	4	100,0%	2,0%	Taxa de resposta: 8% Universo: 105 Resultado: 2016: 3,9	Da responsabilidade do OZDO.
		9) Formações/seminários financeiros públicos assegurados	[1;4]	40%	6	150,0%	3,0%	A superação deste indicador ficou a dever-se ao elevado nº de formações em Finanças Públicas face ao inicialmente previsto.	Realizar seminários na área das políticas e finanças públicas
Taxa de Execução Global						100,0%	19,4%		

DMSPL | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA

Unidade Orgânica DMSPL										
Objetivos	Plano de Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	% Execução	Peso relativo Indicador	Ta. Execução PA	Ta. Execução Extra PA	Observações/Justificações
O01 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)	45%	11 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[70,80]	40%	102	128%	18,0%	18,0%	5,0%	As reuniões previstas foram concretizadas dentro das metas. Porém, as reuniões PPS - PPM, que não estavam previstas, representam um peso de 36% no indicador, justificando a sua execução acima do previsto.
		12 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[282,352]	60%	295	100%	27,0%	27,0%	0%	Executado de acordo com o planejado.
	5%	13 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[1,1]	20%	2	100%	1,0%	1,0%	0%	Executado de acordo com o planejado.
		14 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[2,6]	80%	4	100%	4,0%	4,0%	0%	Executado de acordo com o planejado.
O03 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	45%	15 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5; 98,5]	100%	100%	102%	45,0%	45,0%	0,7%	Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo fixado.
O04 Melhorar a projeção externa do GPZAH	5%	16 Grau de satisfação dos utilizadores do DMSPL	[4,4; 4,7]	100%	4,05	100%	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 14% Universo 167 Resultados Anteriores: 2016: 4,36 2015: 4,30 2014: 4,00 2013: 3,95 2012: 4,18
Tasa de Execução Global								100,0%	5,4%	

DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

Unidade Orçânica									
DPE									
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo Indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
001 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	45%	13 Número de reuniões asseguradas	[100;110]	75%	137	124,5%	31,8%	33,8%	8,3%
002 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	20%	12 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[10;14]	25%	32	228,6%	11,3%	11,3%	14,5%
003 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	30%	14 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;99,5]	100%	97,81%	100,0%	30,0%	30,0%	0%
004 Melhorar a projeção externa do GFEARI	5%	15 Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4;4,2]	100%	4,18	104%	5,0%	5,0%	0,2%
Taxa de Execução Global						100,0%	100,0%	100,0%	23,0%

Observações/Justificações

* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CPE, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa

* Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc)

* ESM BoD, ESM BoG, ESM Liason Committee, ESM outras

* Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, Grupo de Trabalho sobre o Brexit, etc.)

* Reuniões do PPS-PPM, Artigo IV do FMI

A meta foi ultrapassada devido à participação em reuniões em número superior ao previsto por via do maior envolvimento do Departamento nos trabalhos relativos às reuniões do PPM-PPS.

Execução dentro do previsto.

Execução dentro do previsto.

Execução dentro do previsto.

* Desenvolver trabalhos relativos à governança do FMI

* Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020

* Outros trabalhos (Balanço de PT na EU, Questões relacionadas com o euro, etc)

* Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos

* Outros pedidos

Observações/Justificações

A execução deste indicador superou a meta estabelecida, principalmente devido à realização excepcional de reuniões relativas ao acompanhamento da situação da Grécia e do Brasil

Taxa de resposta 6% Universo 96 Resultados Anteriores: 2016: 4,06 2015: 4,00 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18

DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade Orgânica											
DCRI											
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo Indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra PA	Observações/Justificações	Atividades
001 Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	U Grau de execução dos PICAT (%)	(80-95)	30%	100%	100%	6,0%	6,0%	0,3%	Foi ligeiramente ultrapassada a meta (respeitante à percentagem de execução do Programa).	Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos Programas de Cooperação Técnica (PICAT, PACT, PACTIC, PACTIC in TI), mediante a disponibilização de recursos, quer financeiros, quer humanos, para o efeito. Explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento multilateral para financiar atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas. Estimular a realização de outras iniciativas, no âmbito da CPLP, na esfera de competências do Ministério das Finanças, como forma de aprofundar a cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, designadamente a realização: * do II Fórum de Ministros das Finanças; * do II Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública no âmbito da CPLP; * de Seminários nas áreas fiscal e aduaneira. Assegurar a execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, designadamente através: * do desenvolvimento de trabalhos técnicos de avaliação periódica da conjuntura macroeconómica e da implementação de reformas estruturais nos países parceiros ao nível das respetivas Unidades de Acompanhamento Macroeconómico, em colaboração com o Banco de Portugal, e * da representação do Ministério das Finanças nas Comissões responsáveis pelo funcionamento dos referidos Acordos.
		U Nr de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	(6-6)	70%	6	100%	14,0%		0%	Executado de acordo com o planeado.	
002 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais e para o financiamento da economia nacional	20%	U Nr de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	(6-10)	100%	10	100%	20,0%	20,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	* Dinamizar o conhecimento e o acesso das empresas, consultores e banca nacionais relativamente aos instrumentos de financiamento disponibilizados pelas IFI (via prestação de serviços e aquisição de bens, via projetos de Investimento), designadamente através da organização de: - Business Opportunities Seminars e missões empresariais no âmbito do Grupo de Trabalho conjunto com a Aicep Portugal Global - Seminário de Oportunidades de Financiamento do BEI - Seminário de alto nível sobre o BAO, com Managing Director e vários Directores-Gerais do Banco - Visita do Gerente-Geral da Corporação Interamericana de Investimento - Evento de promoção do ConnectAmericas - Visitas institucionais de boas práticas em modernização administrativa e PPPs (BID e BM), abrindo eventuais portas à prestação de serviços empresariais * Realizar as reuniões anuais dos representantes nacionais nos Conselhos de Administração das IFI * Renovar o Memorando de Entendimento entre a Aicep Portugal Global e o BAO relativo ao "HotContacto" * Avaliação da relevância e da continuidade do Portal das Parcerias para o Desenvolvimento (www.poderdesenvolvimento.pt) * Consolidar a rede de contactos no nível das IFI e entre as entidades participantes na Comissão de Acompanhamento do MAMME e reforçar a cooperação institucional com a Aicep Portugal Global nas atividades de promoção da internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais, prosseguindo os objetivos do Acordo de Parcerias estabelecido entre as duas organizações

(Continua)

Unidade Orgânica												Tabela de Execução Global			
DCRI												100,0%		2,6%	
Objetivos	Prato do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Ta. Execução	Peso relativo Indicador	Ta. Execução PA	Ta. Execução Entre PA	Observações/Justificações	Atividades				
001	Assegurar a preparação e/ou representação do MFR nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	M Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[70;90]	50%	84%	105%	15,0%	15,0%	0,7%	• Alignedmente ultrapassada a meta respeitante à percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada.	Preparar e participar em reuniões multilaterais (BMD, BMD, BID, BERD, BEI, CEB, AIB, CAC, FIDA, FCP, UE CPE). • Anuais dos Conselhos de Governadores; • De coordenação da tomada de posição em sede dos grupos de voto dos Conselhos de Administração (e, quando aplicável, representação de Portugal ao nível do referido Conselho de Administração, como é o caso do BMD, do BID, do BERD, do CEB, e do FCP III); • De negociação e acompanhamento da utilização dos fundos nacionais de Cooperação Técnica; • Das recondições de recursos de janelas concetionais; • Dos comités e facilidades no âmbito dos mecanismos de blending da União Europeia e do mandato essencial do BEI (em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, como Instituto Camões e com a SOLID); • Do subgrupo do Comité de Política Económica da União Europeia para energia e alterações climáticas (em coordenação com o Ministério do Ambiente).				
002	Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional	M Nº de Newletters publicadas	[80;90]	50%	98%	105%	15,0%	15,0%	1,4%	Ao nível bilateral foi igualmente assegurada a representação na quase totalidade de reuniões que foram calendarizadas. Tal taxa de execução deve-se, sobretudo, ao facto de a maioria das reuniões terem tido lugar, sobretudo, em Portugal, não representando custos para o orçamento do GPEARI.	Preparar o contributo técnico do Ministério das Finanças e participar em reuniões bilaterais: Grêmios, Comissões Mistas e reuniões de Alto nível, reuniões técnicas com PAUP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial (Comissão Interministerial de Cooperação - CIC e Comissão Interministerial de Política Externa - CIPE).				
003	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	M Nº de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	100,00%	102%	15,0%	15,0%	0,2%	Procurar estimular, sempre que possível, a concretização de iniciativas paralelas que potenciem, por ex., a internacionalização de empresas, consultores e banca nacional.	Procurar estimular, sempre que possível, a concretização de iniciativas paralelas que potenciem, por ex., a internacionalização de empresas, consultores e banca nacional.				
004	Assegurar a projeção externa do GPEARI	M Grau de satisfação dos utilizadores do DCRI	[4;4,7]	100%	4,08	100%	5,0%	5,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	Aumentar a periodicidade da newsletter da área internacional do GPEARI de trimestral para mensal.				
005										Executado de acordo com o planeado.	De forma muito sucinta, destacam-se as seguintes atividades: 1. Responder a solicitações das áreas bilateral e multilateral envio de contributos para a definição da posição nacional em diversos fóruns internacionais; emissão de pareceres no âmbito da Eficiência e Eficácia da Ajuda, bem como sobre o financiamento de projetos por Trust Funds Bilaterais, entre outros; 2. Elaborar pareceres sobre propostas de criação/renovação de instrumentos financeiros (Linhas de Crédito, Empréstimos, Acordos de fomento/ajuda direta, entre outros) e acompanhamento da sua execução; 3. Responder a questionários e compilação de dados estatísticos para reporte da APD ao MNE.				
006										Taxa de resposta: 21% Universo: 128 Resultados Anteriores: 2016: 4,02 2015: 4,30 2014: 4,10 2013: 3,97 2012: 4,31					

DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Unidade Orgânica										
DADO										
Objetivos	Peso do Ob	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Ta. Execução	Ta. Execução PA	Ta. Execução PA	Observações/Justificações	Atribuições
OD 01 Assegurar a implementação do SIADAP 3 nos serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	30%	OD.01 Prazo de validação dos QUAR 2018 e 2017 dos serviços	[6:32]	33%	11,0	100%	100%	0%	Foram analisados os QUAR das entidades do MF (9) e foram analisados os RA2016 enviados pelas entidades do MF (7). A DGT e a DCAEP ainda não submetem para apreciação o RA 2016.	*Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade - validando objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF
		OD.02 Prazo para emissão de parecer com análise crítica das autoavaliações	[17:27]	40%	21,4	100%	100%	0%	Foram analisados os RA2016 enviados pelas entidades do MF (7). A DGT e a DCAEP ainda não submetem para apreciação o RA 2016.	*Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF
		OD.03 Nº documentos elaborados, reuniões preparadas, nº reuniões do GT CCAS, relatório de monitoramento e análise comparada e relatórios de monitorização	[3:7]	35%	5	100%	100%	0%	Foram elaborados documentos previstos. O Relatório de Análise Comparada não foi dado por concluído uma vez que falta a homologação de um RA pela Turfeia.	*Elaborar a proposta de melhoria de aplicação do SIADAP 1 *Elaborar guias de orientação e documentos de divulgação de boas práticas para divulgação junto dos serviços do MF *Preparar reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços *Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF *Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério *Avaliar políticas e programas
	10%	OD.04 Nº documentos e relatórios elaborados	[5:9]	100%	8	100%	100%	0%	Foram elaborados os documentos previstos	*Apoiar e coordenar a elaboração do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do GPARI
OD 02 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	10%	OD.01 Nº documentos elaborados	[2:4]	100%	2	100%	100%	0%	Foi elaborado o relatório relativo aos PMP do 4º trimestre de 2016 e do 2º trimestre de 2017. Foram publicados os PMP e 30 de abril e 30 de setembro.	*Apoiar e coordenar a monitorização do QUAR e do PA do GPARI *Elaborar relatórios de monitorização *Coordenar a publicação dos prazos médios de pagamento
	5%	OD.04 Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[4:8]	100%	7	100%	100%	0%	Das reuniões 3 reuniões que estavam previstas ser coordenadas pelo GT foram realizadas. O Conselho Consultivo, suas reuniões do GT V PNI, foi realizada uma reunião do GT V PNI. Foi também realizada uma reunião para implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF com serviços do Ministério.	*Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Comissão Interministerial da CIO e do Grupo de Trabalho do V PNI *Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF
OD 03 Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	30%	OD.01 Grau de satisfação dos utilizadores internos da OSIR	[13:4]	100%	3,76	100%	100%	0%	O grau de satisfação dos clientes (internos) com os serviços de apoio cumpriu o previsto	*Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, em coordenação com a Secretaria-Geral do MF *Coordenar a aplicação da avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores *Promover a realização de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia *Registar os serviços de expediente e arquivo *Planear e coordenar a definição dos sistemas, sistemas e tecnologias de informação do GPARI, garantindo a sua qualidade e eficiência *Apoiar a definição das políticas e objetivos relativos aos sistemas e tecnologias de informação *Controlar as condições de otimização do funcionamento dos sistemas e tecnologias de informação ao nível da organização, designadamente quanto às suas funcionalidades, desempenho e qualidade da informação *Assegurar a recolha e tratamento da informação de base, produção de estatísticas macroeconómicas e de indicadores e de outra informação de gestão *Responder a pedidos de ajuda dos TIC
	5%	OD.05 Prazo médio de resposta das ajudas (dias)	[13:13]	100%	0,9	167,3%	100%	3,4%	A execução deste indicador superou em 67% a meta inicialmente prevista.	*Responder a pedidos externos que incluam prazo
OD 04 Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	5%	OD.01 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97:5:98:5]	100%	97,8%	100%	100%	0%	Foram respondidos todos os pedidos com data de resposta dentro do previsto, à exceção de 2	*Elaborar, aplicar e tratar questionários
	5%	OD.02 Grau de satisfação dos utilizadores do DADO	[4:42]	100%	4,19	100%	100%	0%	Taxa de resposta 45% Univera 33 Resultados Anteriores: 2016 4,12 2015 4,36 2014 4,39 2013 4,36 2012 4,06	
Taxa de Execução Global						100,0%	100,0%	1,4%		

TASK FORCE PPS-PPM | EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM

Task force											
Objetivos	Peso do Objeto	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Ta. Execução	Peso relativo Indicador	Ta. Execução PA	Ta. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades
O1 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	50%	11	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	40%	6,3	100%	10,0%	20,0%	0%	Foram realizadas 3 missões. o prazo de entrega do relatório técnico foi excedido numa das missões e antecipado em duas delas.	Elaboração de Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal
		12	Prazo de disponibilização do scoreboard ao Gabinete do Ministro (horas)	60%	2,3	300%	30,0%	30,0%	60,0%	Os scoreboard de cada missão foram enviados ao Gabinete do Ministro das Finanças sempre antecipadamente face ao número de horas previsto para o efeito.	Elaboração de documento de resumo das diversas reuniões, enviado em Gab. Min no período anterior ao de realização da reunião final
O2 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	50%	13	Nº de reuniões organizadas	50%	146	122%	25,0%	25,0%	5,4%	A superação deste indicador deve-se a um número de reuniões acima do esperado, nomeadamente nas reuniões organizadas com Ministérios e Instituições.	Organização de reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso
		14	Nº de reportes às instituições internacionais	50%	150	97%	25,0%	24,2%	0%	Este indicador não atingiu a meta prevista. O número de reportes regulares de informação às instituições internacionais ficou, no ano de 2017, ligeiramente aquém da meta estabelecida. O incumprimento deste indicador deve-se ao número dos reportes solicitados ad hoc que foram inferiores ao previsto e ao facto de muita informação ter sido facultada concentrada e diretamente no decurso das missões, obviando ao envio de reportes.	Elaboração de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais/semestrais) de informação à Troika, de acordo com o Agreement on Data Provision, bem como com o progresso dos processos em curso
					Taxa de Execução Global		99,2%	99,2%	65,4%		

A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		Não existe departamento de auditoria interna. Código de conduta do GPEARI, março 2010
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			100%. Em 2012: 43% Em 2013: 53% Em 2014: 77% Em 2015: 89% Em 2016: 84% Em 2017: 37%
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos. Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas. Embora não formalmente
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		
4 – Fiabilidade dos sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI. Existência de passwords e de e certificados de segurança.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A5. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2017

2017												
	Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução
D.01	2.270.059	1.961.421	1.870.995	95%	657.817	589.542	539.785	92%	2.927.876	2.550.963	2.410.780	95%
D.01.01	1.805.436	1.532.595	1.460.599	95%	493.582	436.398	401.525	92%	2.299.018	1.968.993	1.862.124	95%
D.01.01.03	1.443.786	1.166.780	1.128.595	97%	397.458	350.997	319.950	91%	1.841.244	1.517.777	1.448.545	95%
D.01.01.06	0	27.050	18.022	67%	0	0	0		0	27.050	18.022	67%
D.01.01.07	0	6.150	5.000	81%							5.000	
D.01.01.08	0	0	0		0	0	0		0	0	0	
D.01.01.11	51.377	44.797	44.268	99%	15.415	15.501	14.131	91%	66.792	60.298	58.399	97%
D.01.01.12	2.749	24.749	17.503	71%	0	0	0		2.749	24.749	17.503	71%
D.01.01.13	68.710	61.828	53.382	86%	14.467	11.724	10.557	90%	83.177	73.552	63.939	87%
D.01.01.14.SF.00	119.407	103.259	95.863	93%	33.121	29.547	29.547	100%	152.528	132.806	125.410	94%
D.01.01.14.SN.00	119.407	97.982	97.965	100%	33.121	28.629	27.342	96%	152.528	126.611	125.307	99%
D.01.02	30.500	29.627	27.083	91%	35.000	33.998	20.248	60%	65.500	63.625	47.330	74%
D.01.02.02	3.500	1.200	276	23%	0	0	0		3.500	1.200	276	23%
D.01.02.04	27.000	25.051	23.467	94%	26.000	25.256	16.538	65%	53.000	50.307	40.004	80%
D.01.02.12.A0.00	0	3.376	3.340	99%	0	0	0		0	3.376	3.340	99%
D.01.02.13.A0.00	0	0	0		9.000	8.742	3.710	42%	9.000	8.742	3.710	42%
D.01.02.14	0	0	0		0	0	0		0	0	0	
D.01.03	434.123	399.199	383.314	96%	129.235	119.146	118.012	99%	563.358	518.345	501.326	97%
D.01.03.01.A0.00	0	8	8	96%	0	0	0		0	8	8	96%
D.01.03.02	0	1.000	964	96%	0	0	0		0	1.000	964	96%
D.01.03.03	632	2.232	2.142	96%	0	0	0		632	2.232	2.142	96%
D.01.03.04	0	4.950	4.950	100%	0	0	0		0	4.950	4.950	100%

2017

		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	228.823	173.954	173.485	100%	47.345	61.339	61.263	100%	276.168	235.293	234.748	100%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	181.060	150.877	135.997	90%	66.445	40.539	39.485	97%	247.505	191.416	175.482	92%
D.01.03.05.A0.C0	Contrib. para a Seg. Social - Outras	23.608	64.315	64.267	100%	15.445	17.268	17.264	100%	39.053	81.583	81.532	100%
D.01.03.10.00.00	Outras despesas	0	390	30	8%					0	390	30	8%
D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	0	1.473	1.472	100%	0	0			0	1.473	1.472	100%
D.02	Aquisição de bens e serviços	234.520	203.668	172.075		151.700	76.561	68.534	90%	386.220	280.229	240.610	86%
D.02.01	Aquisição de bens:	26.000	20.171	16.404		0	0	0	n.a.	26.000	20.171	16.404	81%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000	5.457	4.670	86%	0	0	0	n.a.	5.000	5.457	4.670	86%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1.500	1.475	742	50%	0	0	0	n.a.	1.500	1.475	742	50%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	2.000	0	0		0	0	0	n.a.	2.000	0	0	
D.02.01.08	Material de escritório	0	0	0		0	0	0	n.a.	0	0	0	
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	4.000	2.400	1.934	81%	0	0	0	n.a.	4.000	2.400	1.934	81%
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	8.000	5.800	5.393	93%	0	0	0	n.a.	8.000	5.800	5.393	93%
D.02.01.08.A0.09	Material de Escritório - Anos Findos	0	0	0		0	0	0	n.a.	0	0	0	
D.02.01.14	Outro material - Peças	1.500	1.275	310	24%	0	0	0	n.a.	1.500	1.275	310	24%
D.02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000	504	503	100%	0	0	0	n.a.	1.000	504	503	100%
D.02.01.21	Outros bens	3.000	3.260	2.852	87%	0	0	0	n.a.	3.000	3.260	2.852	87%
D.02.02	Aquisição de serviços:	208.520	183.497	155.672		151.700	76.561	68.534	90%	360.220	260.058	224.206	86%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	3.000	22.317	18.001	81%	0	0	0		3.000	22.317	18.001	81%
D.02.02.03	Conservação de bens	5.000	6.973	3.951	57%	0	0	0		5.000	6.973	3.951	57%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	17.000	13.950	9.298	67%	0	0	0		17.000	13.950	9.298	67%
D.02.02.08	Locação de outros bens	0	0			0	0	0		0	0	0	
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	2.000	2.192	624	28%	0	0	0		2.000	2.192	624	28%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	9.000	5.190	3.542	68%	0	0	0		9.000	5.190	3.542	68%

2017

	Orçamento Funcionamento						Orçamento Cooperação						Orçamento Total		
	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa execução	Corrigido	Execução	Taxa execução
D.02.02.09.F0.00															
Outros Serviços de Comunicações	600	491	426	87%	0	0	0	0	600	491	426	87%			
D.02.02.10	4.940	4.199	2.220	53%	0	0	0	0	4.940	4.199	2.220	53%			
Transportes															
D.02.02.11	2.000	4.459	3.468	78%	0	0	0	0	2.000	4.459	3.468	78%			
Representação dos serviços															
D.02.02.12.A0.00	150	127	0	0%	0	0	0	0	150	127	0	0%			
Seguros - Estágios Profissionais na AP															
D.02.02.12.B0.00	350	316	147	47%	0	0	0	0	350	316	147	47%			
Seguros - Outras															
D.02.02.13	121.360	73.663	68.137	92%	146.700	74.525	67.592	91%	268.060	148.188	135.729	92%			
Deslocações e estadas															
D.02.02.13.A0.09	0	0	0		0	0	0		0	0	0				
Deslocações e estadas - Anos findos															
D.02.02.14.B0.00	0	0			0	0			0	0	0				
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria - Outros															
D.02.02.15.A0.00															
Formação - Tecnol. Inform. e Comunicação (TIC)															
D.02.02.15.B0.00	0	3.046	3.046	100%	0	0	0		0	3.046	3.046	100%			
Formação - Outras															
D.02.02.17.A0	0	1.661	1.661	100%					0	1.661	1.661	100%			
Seminários, exposições e similares															
D.02.02.17	0	750	590	79%	0	0	0		0	750	590	79%			
Publicidade															
D.02.02.19.A0.00	1.000	15	5	33%	0	0	0		1.000	15	5	33%			
Assist. Técnica - Equipamento informático (Hardware)															
D.02.02.19.B0.00	17.000	15.636	15.635	100%	0	0	0		17.000	15.636	15.635	100%			
Assist. Técnica - Software Informático															
D.02.02.19.C0.00	1.000	850	0	0%	0	0	0		1.000	850	0	0%			
Assist. Técnica - Outros															
D.02.02.20.A0.00	20.000	19.739	19.488	99%	0	0	0		20.000	19.739	19.488	99%			
Outros Trab. Especializ. - Serv. Natureza Informática															
D.02.02.20.B0.00	3.120	2.340	0	0%	0	0	0		3.120	2.340	0	0%			
Outros Trab. Especializ. - Pagamentos à GeRAP															
D.02.02.20.C0.00	0	0			0	0	0		0	0	0				
Outros Trab. Especializ. - Outros															
D.02.02.25.B0.00	0	0			0	0	0		0	0	0				
Preparação e custas judic. DL 224-A/96															
D.02.02.25.D0.00	0	750	607	81%							607				
Encargos com publicação															
D.02.02.25.E0.00	1.000	4.833	4.827	100%	5.000	2.036	942	46%	6.000	6.869	5.769	84%			
Outros serviços															
D.04	10.272	2.382	0	0%	0	0	0		10.272	2.382	0	0%			
Transferências correntes															
D.04.08	10.272	2.382	0	0%	0	0	0		10.272	2.382	0	0%			
Famílias															

Legenda: n.a. - não aplicável.

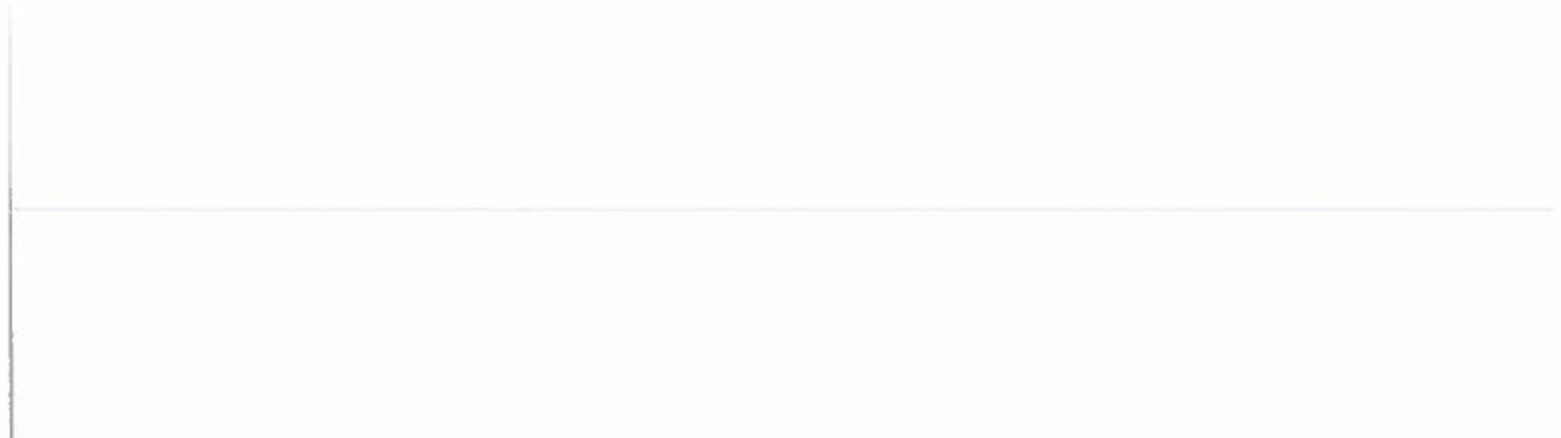
A6. BALANÇO SOCIAL

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2009	2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017		
				M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	41	41	40	41	37	46	46	41	45	43	46	44	44	46	42	44	45	42	43	45	43	44	41	40	40
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	16	13	10	11	12	35	35	20	7	13	35	15	18	35	13	22	20	8	19	20	10	15	17	9	12
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	70	-	-	66	-	-	-	-	-	55	-	-	59	-	-	59	-	-	56	-	-	54	-	-	54
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	59	47	62	57	65	76	76	56	60	58	76	65	66	76	50	61	74	58	65	52	62	57	70	66	68
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	23	27	24	25	12	6	6	28	27	27	6	23	18	6	38	24	11	29	21	32	24	28	20	23	22
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	82	73	86	82	76	82	82	88	90	89	82	88	84	82	88	85	89	92	91	84	90	87	90	89	89
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	15	15	12	13	12	21	21	16	14	15	21	15	16	21	14	17	19	15	17	18	14	16	14	12	13

Indicador	Unid.	Descrição	2009			2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017		
			M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	9	33	21	25	47	29	29	29	29	28	23	25	29	19	18	29	50	41	42	17	28	4	17	11	33	34	34
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	11	7	24	18	29	35	35	35	35	4	10	7	35	27	20	35	58	49	26	17	21	4	21	13	20	23	11
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	6	2	7	5	3	2	2	2	2	0	2	1	2	4	3	2	3	3	0	9	6	1	9	5	1	4	3
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	6	5	4	7	4	3	3	3	3	8	4	6	3	4	6	3	4	5	4	3	3	8	4	8	7	5	7

Fonte: Quadros do Balanço Social 2010 a 2017.





Ficha Técnica

Título

Balanço Social do GPEARl - 2017

Data

31 | março | 2018

Endereço

**Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, nº5-A
1100 - 016 Lisboa
Telefone: +351 218823390/96
Fax: +351 218823399
URL: <http://www.gpearl.gov.pt>**

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
CARACTERIZAÇÃO DO ORGANISMO.....	7
CAPÍTULO 1 CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS.....	8
1.1 EFETIVOS GLOBAIS	8
1.2 PESSOAL EFETIVO POR GRUPO PROFISSIONAL	9
1.3 DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	10
1.4 ANTIGUIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA	10
1.5 ESTRUTURA ETÁRIA	12
1.6 ESTRUTURA HABILITACIONAL	12
1.7 TRABALHADORES DEFICIENTES	13
CAPÍTULO 2 MOVIMENTO DE PESSOAL.....	14
2.1 ADMISSÕES E REGRESSOS.....	14
2.2 SAÍDAS DEFINITIVAS OU COM HIPÓTESE DE REGRESSO	15
2.3 ADMISSÕES <i>VERSUS</i> SAÍDAS	15
CAPÍTULO 3 MODALIDADES DE HORÁRIO	17
CAPÍTULO 4 ABSENTISMO	18
CAPÍTULO 5 ENCARGOS COM PESSOAL.....	19
CAPÍTULO 6 FORMAÇÃO PROFISSIONAL	19
CAPÍTULO 7 HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	20
CAPÍTULO 8 RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA.....	20
ANEXO MAPAS DO BALANÇO SOCIAL.....	21

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO.....	6
QUADRO 2. EVOLUÇÃO DO TOTAL DE EFETIVOS, MAPA DE PESSOAL E TAXA DE OCUPAÇÃO	8
QUADRO 3. EVOLUÇÃO DO TOTAL DE EFETIVOS, POR GRUPO PROFISSIONAL	9
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DO TOTAL DE EFETIVOS, POR GRUPO PROFISSIONAL	10
QUADRO 4. TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA	13
QUADRO 6. ENCARGOS COM O PESSOAL.....	19

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL	9
GRÁFICO 2. EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL E GÉNERO	10
GRÁFICO 3. ANTIGUIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA	11
GRÁFICO 4. MÉDIA DE ANTIGUIDADE	11
GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR ESTRUTURA ETÁRIA E GÉNERO.....	12
GRÁFICO 6. NÍVEL DE ESCOLARIDADE, POR GÉNERO	13
GRÁFICO 7. ENTRADAS: ADMISSÕES E REGRESSOS	14
GRÁFICO 8. SAÍDAS: DEFINITIVAS OU COM HIPÓTESE DE REGRESSO.....	15
GRÁFICO 9. ADMISSÕES VS SAÍDAS	16
GRÁFICO 10. ADMISSÕES E SAÍDAS POR GRUPO PROFISSIONAL E GÉNERO.....	16
GRÁFICO 11. MODALIDADES DE HORÁRIO.....	17
GRÁFICO 12. NÚMERO DE DIAS DE AUSÊNCIA, POR MOTIVO E GÉNERO	18

SUMÁRIO EXECUTIVO

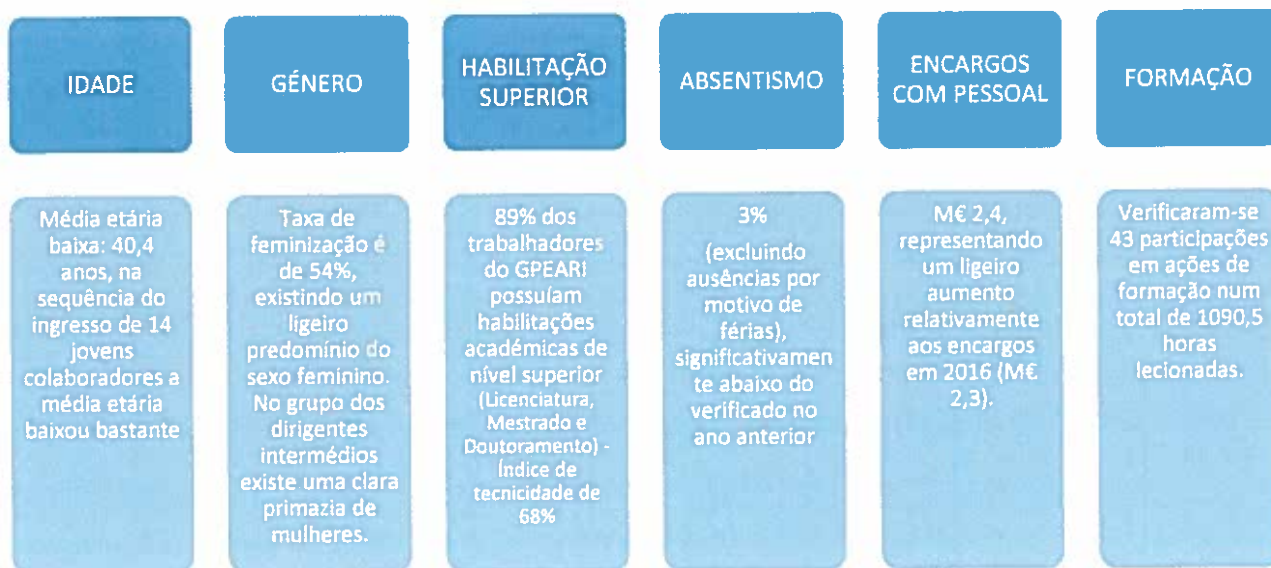
O Decreto-lei nº 190/96, de 9 de outubro, na sua atual redação, veio obrigar todos os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, independentemente da sua relação jurídica, a elaborar anualmente o balanço social, com data de referência a 31 de dezembro do ano anterior.

O Balanço Social, sendo um instrumento privilegiado de planeamento e de gestão dos Recursos Humanos inserido no ciclo de gestão anual dos serviços e organismos, é composto por um conjunto de dados e indicadores que permitem a caracterização dos recursos humanos, contribuindo para uma melhor gestão dos efetivos que asseguram prossecução da missão dos serviços e organismos.

Nesta conformidade, foi elaborado o Balanço Social do GPEARi, sendo apresentado um conjunto de dados, quadros e gráficos, acompanhados de uma breve análise. Este documento ilustra a realidade GPEARi no que respeita à movimentação dos seus efetivos ao longo do ano de 2017, bem como a situação a 31 de dezembro.

Para o ano de 2017, foram previstos no mapa de pessoal 76 lugares, tendo o GPEARi, no final do ano um total de 65 colaboradores em exercício de funções, o que representa uma taxa de execução de 86%. Neste conjunto de efetivos inclui-se o pessoal em regime de mobilidade (três técnicos superiores e um assistente técnico) e em cedência de interesse público (dois técnicos superiores).

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARi, em 2017, apresentava a seguinte caracterização:



Sendo ainda de destacar os principais indicadores de gestão que caracterizam os Recursos Humanos do GPEARI¹ em 2017, verificando-se uma evolução em sentido positivo na maioria dos indicadores:

Quadro 1. Painel de indicadores de gestão

Indicador	Unid.	Descrição	2016			2017		
			M	F	TOTAL	H	M	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	45	43	44	41	40	40
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	20	10	15	17	9	12
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	54	-	-	54
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	52	62	57	70	66	68
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	32	24	28	20	23	22
Taxa de formação superior	%	(Licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	84	90	87	90	89	89
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	18	14	16	14	12	13
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	4	17	11	33	34	34
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	4	21	13	20	23	11
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	1	9	5	1	4	3
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	8	4	8	7	5	7

¹ Em Anexo constam os mapas obrigatórios do balanço social, bem como uma evolução dos principais indicadores, desde 2010.

CARACTERIZAÇÃO DO ORGANISMO

O GPEARI é um organismo integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. Encontra-se sob a superintendência e tutela do Ministro das Finanças.

Tem por missão garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

A **Estrutura nuclear e tipo de estrutura interna** encontram-se definidas no Decreto-Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, revisto pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril. A **Estrutura nuclear, nº de unidades flexíveis e matriciais e respetivas competências** constam da Portaria nº 207/2015, de 15 de julho. A **criação de unidades flexíveis e matriciais e nomeações de chefias intermédias** constam do Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto, do Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro, do Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro e do Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

Número de Pessoas ao Serviço: em 31 de dezembro de 2017 – 65 efetivos

CAPÍTULO 1 | CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

1.1 Efetivos Globais

As carreiras previstas no mapa de pessoal do GPEARI são as seguintes: técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do MF (TSEOPF), técnico superior, técnico de informática, assistente técnico e assistente operacional.

O mapa de pessoal para o ano de 2017, do GPEARI, dispunha de 76 lugares, tendo-se verificado que à data de 31.12.2017, exerciam funções no GPEARI 65 efetivos, o que representa uma taxa de ocupação de 85%.

No entanto, analisando o período entre 2009 e 2017, conforme quadro infra, o número global de efetivos manteve-se estável até 2014, rondando os 44 trabalhadores, verificando-se um aumento significativo a partir de 2015. O GPEARI neste período teve uma taxa de crescimento médio relativa ao número de trabalhadores de 4%.

Quadro 2. Evolução do total de efetivos, mapa de pessoal e taxa de ocupação

Ano	Total de efetivos em exercício de funções	Mapa de pessoal aprovado	Taxa de Ocupação
2009	44	56	79%
2010	44	55	80%
2011	41	55	75%
2012	44	55	80%
2013	41	55	75%
2014	43	49	88%
2015	55	73	75%
2016	54	75	72%
2017	65	76	86%

Relativamente à distribuição dos efetivos por grupo profissional nos últimos 3 anos, pode verificar-se que se mantém constante, à exceção do grupo profissional Técnico Superior, onde houve um aumento significativo relativamente aos anos anteriores. Esta diferença corresponde à necessidade de aumentar a tecnicidade dos recursos humanos, a fim assegurar o cumprir de modo eficiente e eficaz a missão do GPEARI.

1.2 Pessoal efetivo por grupo profissional

Dos 65 trabalhadores em exercício de funções no GPEARI, 14 exercem funções em regime de comissão de serviço (dirigentes) e, destes 4 são trabalhadores oriundos de outros Organismos.

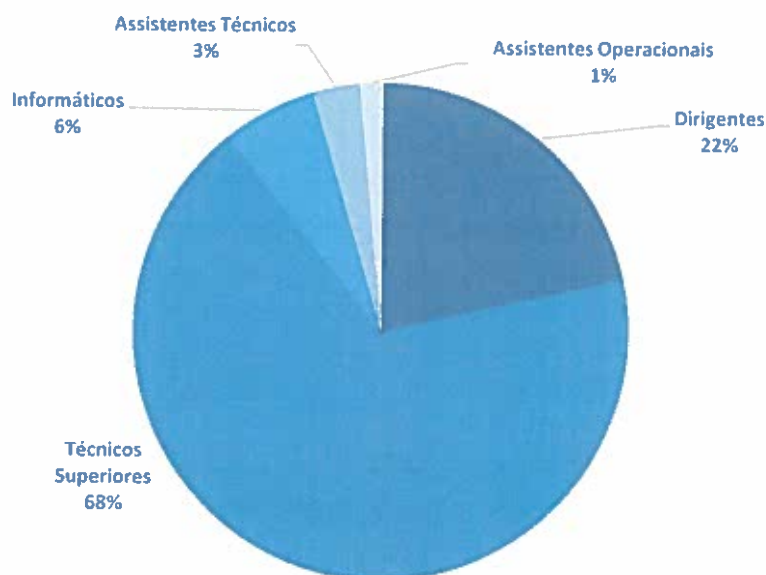
A 31 de dezembro de 2017 o GPEARI dispunha de 44² TSEOF, 4 colaboradores pertencentes à carreira de informática, 2 assistentes técnicos e um assistente operacional.

Quadro 3. Evolução do total de efetivos, por grupo profissional

Recursos Humanos	Dirigente	Técnico Superior ³	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
2015	15	32	4	3	1	55
2016	15	31	4	3	1	54
2017	14	44	4	2	1	65

O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos efetivos por grupo profissional a 31.12.2017:

Gráfico 1. Efetivos por grupo profissional



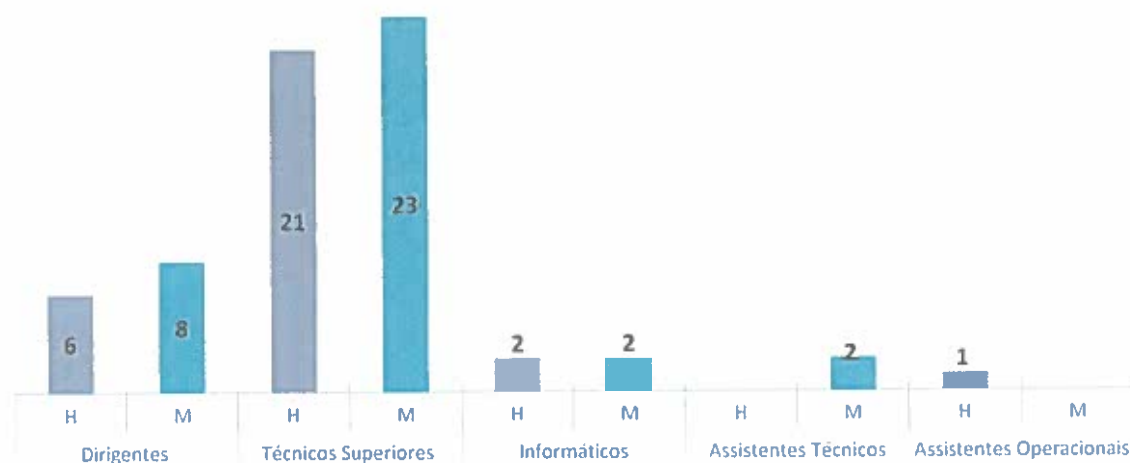
² Inclui um trabalhador a exercer funções de perito destacado

³ Inclui os TSEOF

1.3 Distribuição por género

O gráfico abaixo representa a distribuição dos 65 efetivos por grupo de pessoal, segundo o género. Pode-se concluir da leitura desta representação gráfica que existe um equilíbrio entre ambos os géneros dentro dos respetivos grupos profissionais.

Gráfico 2. Efetivos por grupo de pessoal e género



Nos últimos três anos tem-se verificado o equilíbrio entre ambos os géneros.

Quadro 4. Evolução do total de efetivos, por grupo profissional

Anos	2015	2016	2017
Mulheres	30	29	35
Homens	25	25	30
Total	55	54	65
Taxa de Feminização	54,5%	53,7%	53,8%

1.4 Antiguidade na função pública

Foi analisada a antiguidade na Administração Pública dos efetivos no GPEARL, tendo-se verificado que o nível médio de antiguidade dos efetivos é de 13 anos, sendo superior nos homens (14) em relação às mulheres (12).

Analisando o gráfico seguinte pode verificar-se que as faixas de antiguidade até 5 anos, de 5 aos 9 anos e dos 20 aos 24 anos são as que reúnem maior número de trabalhadores.

Gráfico 3. Antiguidade na Função Pública

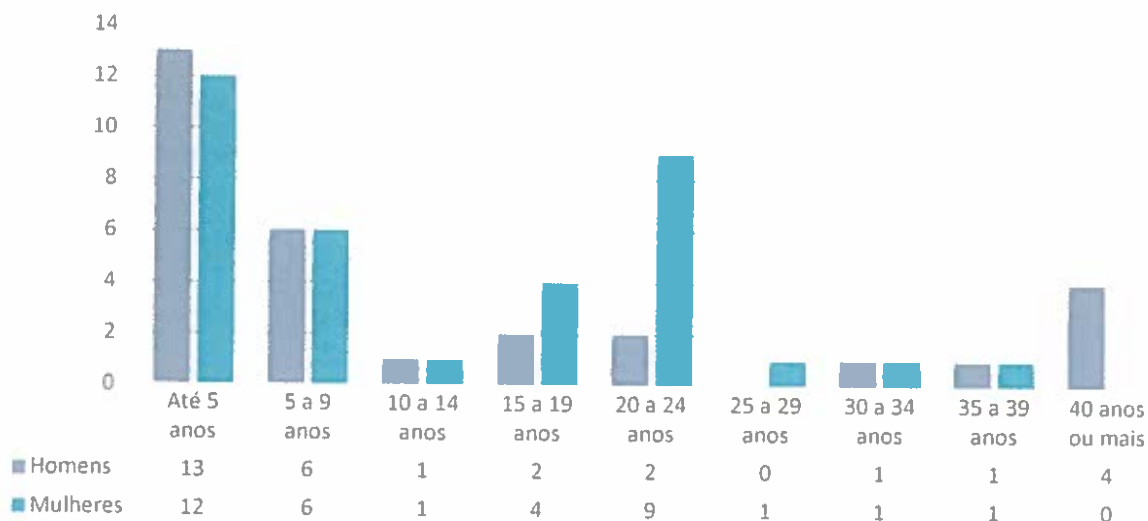
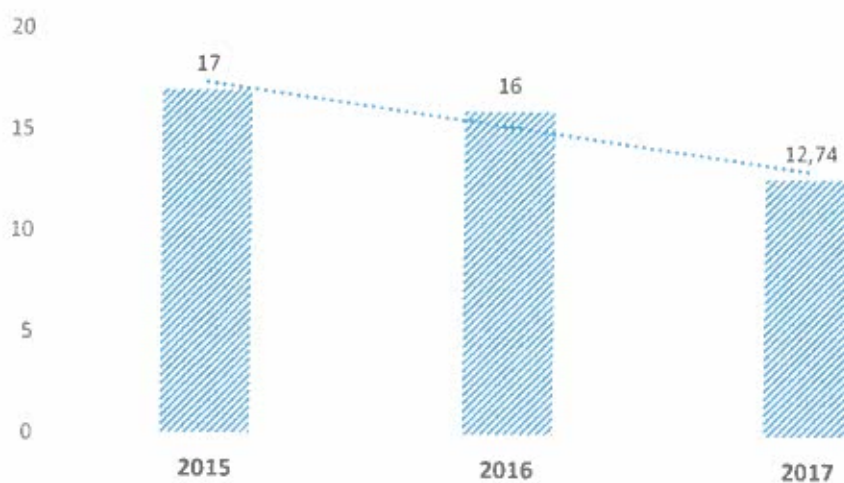


Gráfico 4. Média de Antiguidade



A média de antiguidade, bem como as faixas de antiguidade, baixaram significativamente em resultado do ingresso de trabalhadores muito jovens provenientes essencialmente do concurso externo de ingresso, aliás como é verificável no gráfico anterior.

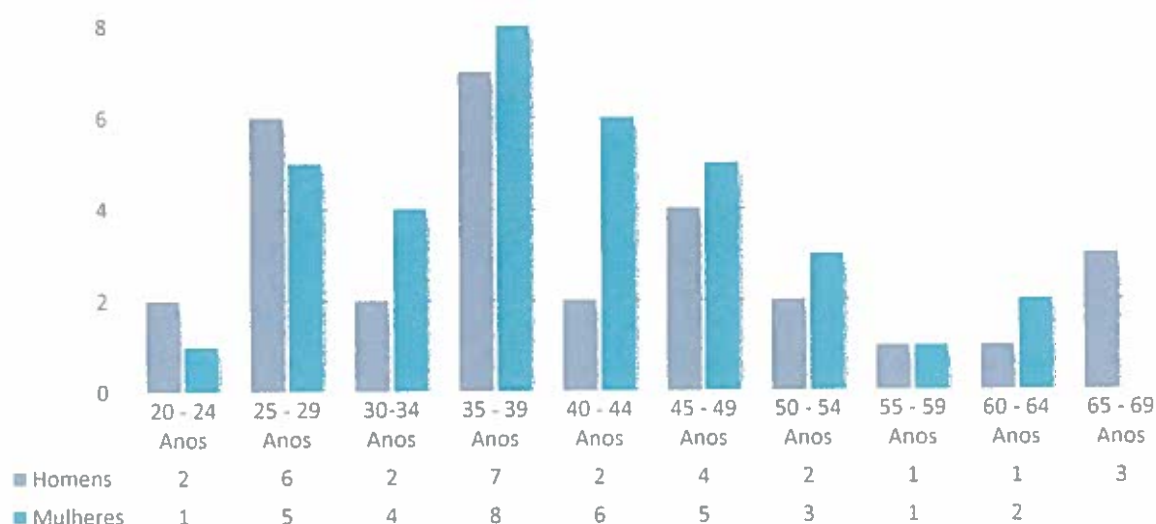
1.5 Estrutura etária

Em 2017, a média etária dos trabalhadores do GPEARI é de 40,4 anos, inferior à média da Administração Pública (46,7 anos), cifrando-se o respetivo leque etário (relação entre a idade mais avançada e a idade mais baixa) em 2,87.

O índice de envelhecimento geral é de 12, sendo que a aferição por género mostra que o índice de envelhecimento feminino é de 9% e no género masculino os efetivos com idade superior a 55 anos representam 17% do total de homens.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição por escalões etários e género dos efetivos do GPEARI.

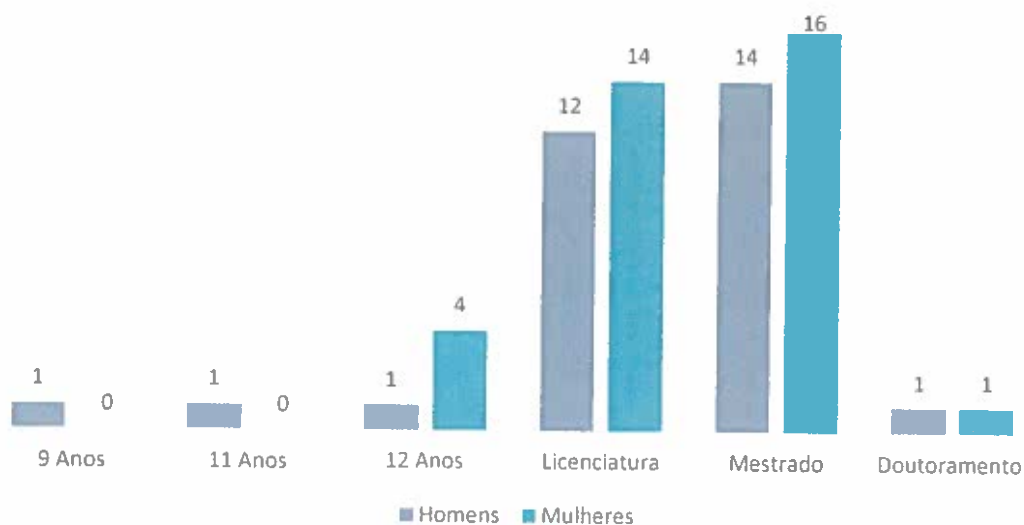
Gráfico 5. Distribuição de trabalhadores por estrutura etária e género



1.6 Estrutura Habitacional

Conforme se pode verificar no gráfico seguinte a formação superior (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) é o nível habitacional com maior representatividade no GPEARI, aproximadamente 90% dos trabalhadores têm formação superior. As exigências técnico-profissionais altamente específicas, desenvolvidas neste organismo exigem recursos humanos com elevadas qualificações

Gráfico 6. Nível de escolaridade, por género



O índice de tecnicidade (n.º de técnicos superiores/total de recursos humanos) é de 68%, sendo superior nos homens (70%) do que nas mulheres (66%). Importa destacar que este indicador apenas tem em conta o número de técnicos superiores, não considerando os dirigentes.

1.7 Trabalhadores Deficientes

Neste item são considerados os trabalhadores a quem foi atribuída incapacidade e que usufruem de benefícios fiscais.

Quadro 5. Trabalhadores com deficiência

	Homens	Mulheres	Total
Trabalhadores deficientes	1	1	2

CAPÍTULO 2 | MOVIMENTO DE PESSOAL

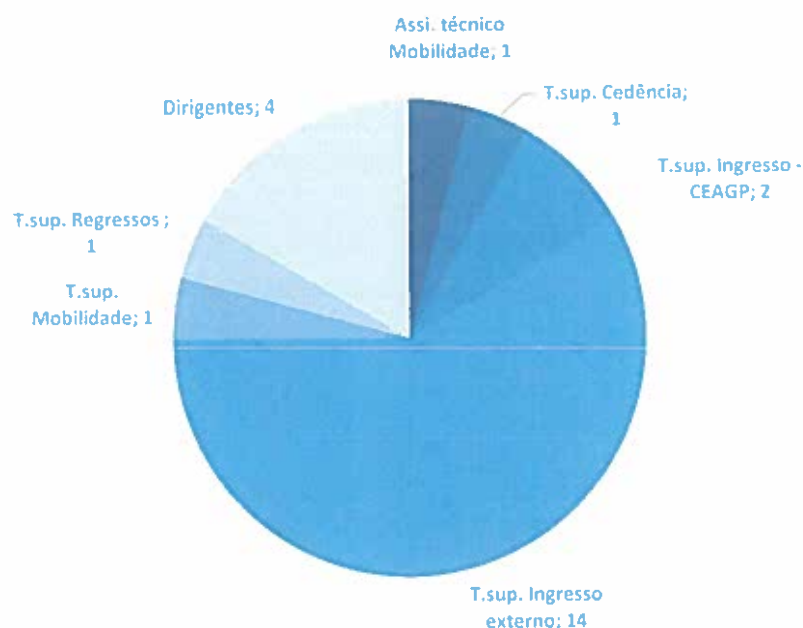
Os dados apresentados neste ponto referem-se à admissão e saída de trabalhadores do GPEARI durante o ano de 2017, considerando, para além das novas admissões, regressos e saídas de trabalhadores, também as mudanças internas ocorridas entre unidades orgânicas.

2.1 Admissões e Regressos

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 o total de trabalhadores admitidos e/ou regressados cifrou-se num total de 24 trabalhadores, sendo de destacar das novas admissões a entrada, por concurso externo de ingresso, de 14 novos trabalhadores para exercer funções na Carreira de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas (TSEOFP).

O gráfico seguinte ilustra as admissões ocorridas durante o ano de 2017 por grupo profissional e motivo de entrada.

Gráfico 7. Entradas: admissões e regressos

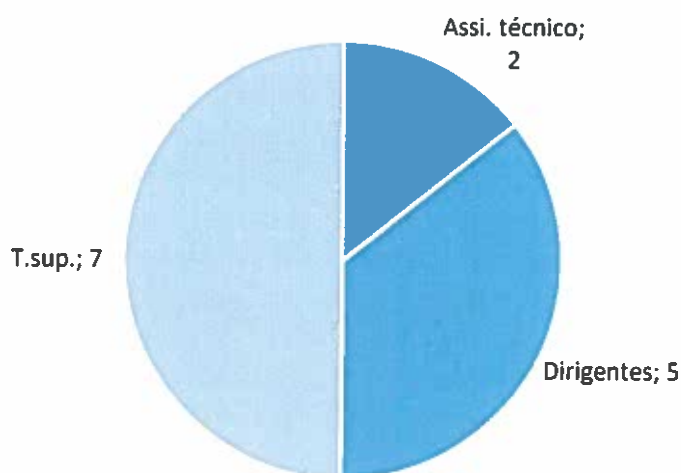


2.2 Saídas definitivas ou com hipótese de regresso

No período em apreço deixaram de prestar serviço (definitivamente ou com hipótese de regresso) no GPEARI 14 trabalhadores, maioritariamente técnicos superiores, por mobilidade ou término de acordo de cedência. Também se verificou a saída de cinco dirigentes: dois de direção superior, um dirigente intermédio de 1.º grau e os restantes dois dirigentes são movimentos internos para outros lugares de direção.

O gráfico 8 ilustra as saídas ocorridas durante o ano de 2017 por grupo profissional:

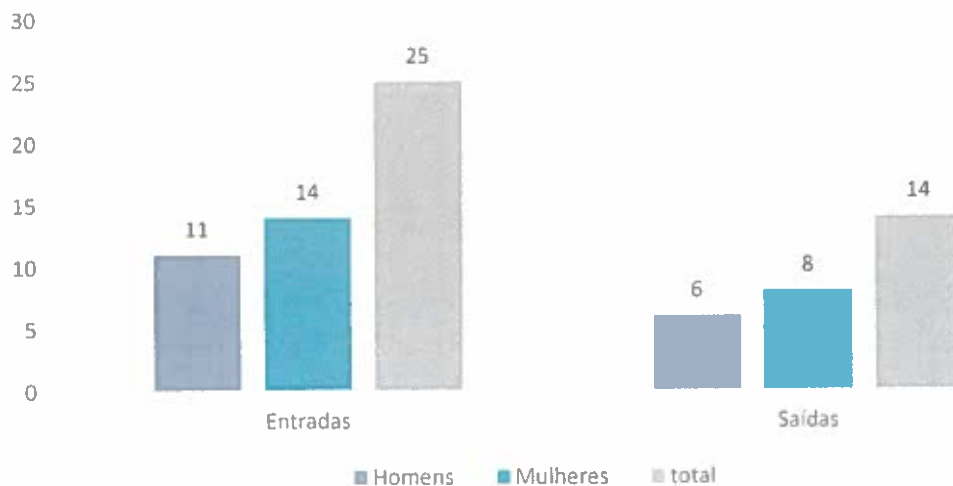
Gráfico 8. Saídas: definitivas ou com hipótese de regresso



2.3 Admissões *versus* saídas

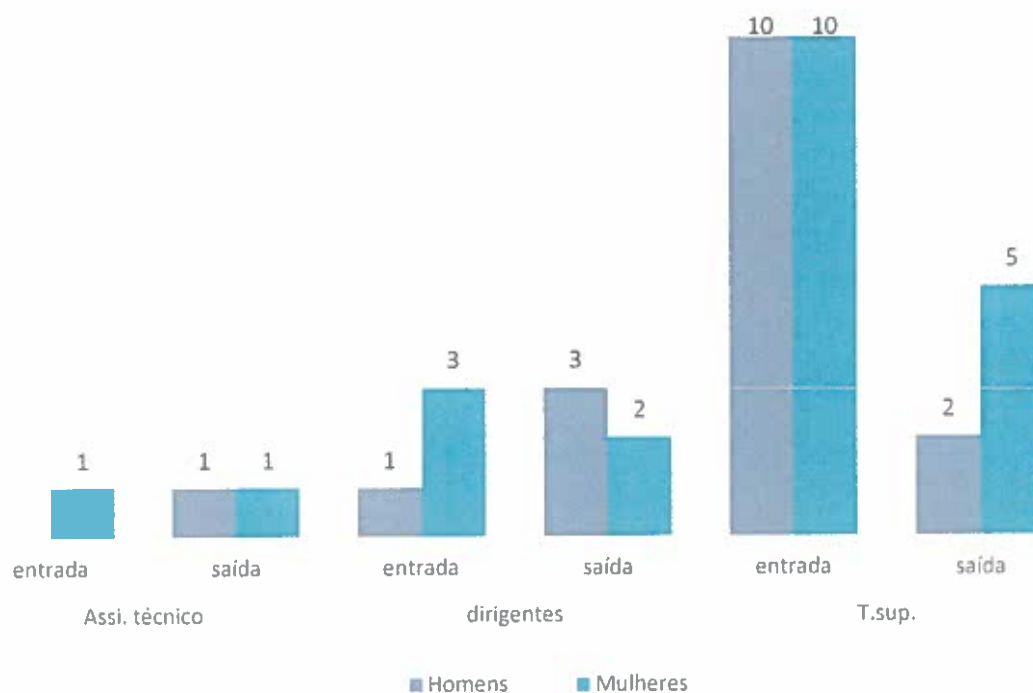
O GPEARI, durante o ano de 2017, não obstante manter um elevado grau de rotatividade que dificulta a estabilização das equipas, conseguiu com admissões verificadas compensar todas as saídas obtendo um saldo positivo.

Gráfico 9. Admissões vs Saídas



Em termos de distribuição dos fluxos por grupo de pessoal, verifica-se que onde ocorreram a maiores movimentações foi nos técnicos superiores, quer ao nível das saídas quer ao nível das admissões. A taxa de reposição, que se traduz na relação do número de trabalhadores admitidos *versus* o número de saídas, foi de 171%.

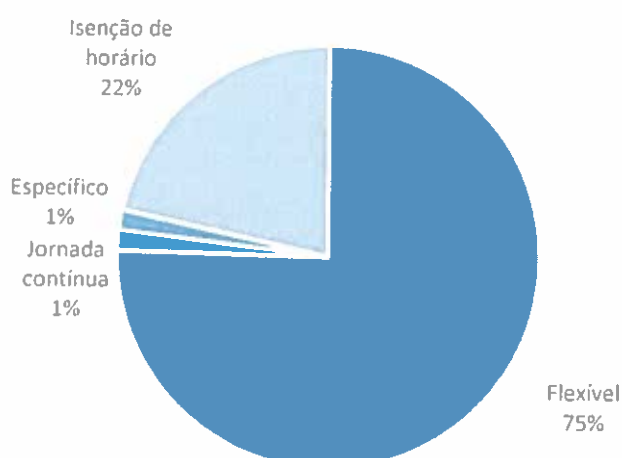
Gráfico 10. Admissões e Saídas por grupo profissional e género



CAPÍTULO 3 | MODALIDADES DE HORÁRIO

Este capítulo reflete as modalidades de horário praticadas pelos efetivos no GPEARI, em conformidade com regulamento de horário vigente neste organismo.

Gráfico 11. Modalidades de horário



O período normal de trabalho dos trabalhadores do GPEARI é o de tempo completo, 35 horas de trabalho semanal.

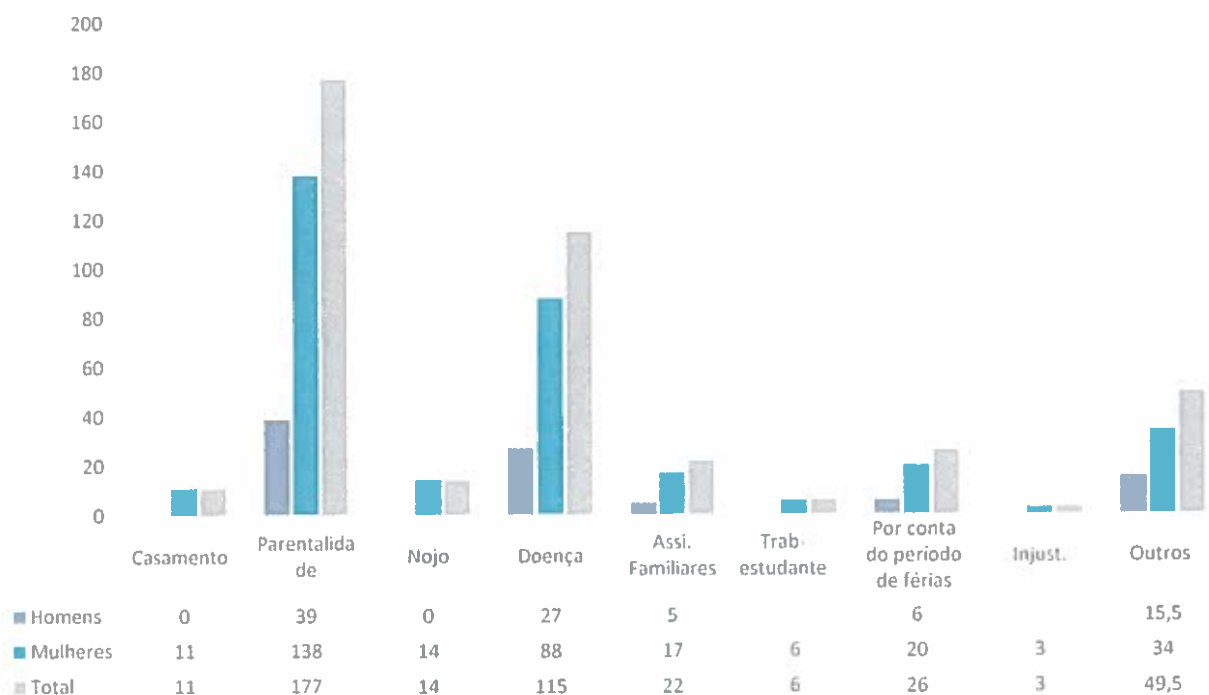
Da análise das modalidades de horário existentes resulta a clara predominância do horário flexível praticado por 75% dos trabalhadores, seguido do regime de isenção de horário, aplicado apenas ao pessoal dirigentes. As modalidades de jornada contínua e horário específico são praticadas apenas por 2 trabalhadores, respetivamente, sendo atribuídas pontualmente e revistas anualmente.

CAPÍTULO 4 | ABSENTISMO

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 registaram-se 423,5 dias de ausência ao serviço o que corresponde a uma taxa de absentismo de 3%, abaixo do verificado nos últimos anos.

Relativamente à análise do absentismo por género, verifica-se que os homens faltaram 92,5 dias no ano, enquanto as mulheres registaram 331 dias de ausência ao trabalho. Os motivos que mais fortemente contribuíram para este diferencial foram as faltas por doença e no âmbito da parentalidade.

Gráfico 12. Número de dias de ausência, por motivo e género



Em termos de ausências por grupo profissional, verifica-se que o grupo profissional que mais contribuiu para o absentismo foi o técnico superior, que é também o grupo inequivocamente com mais colaboradores.

Capítulo 5 | Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal durante o ano de 2017 com remunerações certas e permanentes e abonos variáveis ou eventuais ascenderam a mais de 2,4M€, o que representa 89,2% do orçamento total do GPEARI.

Quadro 6. Encargos com o pessoal

Rubricas	€
Remuneração base	1.717.284,13€
Suplementos remuneratórios	119.891,49€
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	72.502,10 €
Benefícios sociais	0,00€
Outros encargos com pessoal	495.101,29
Encargos com pessoal	2.404.779,01 €

A estrutura remuneratória varia entre os escalões 501-1.000 € e 4501-4750 €, ou seja, apresenta um leque salarial de 7 posições. A maior parte dos trabalhadores (40%) está situada no escalão remuneratório 1251-1500 €.

Identificou-se como vencimento mínimo para o género masculino o valor de 683,13 € e para o género feminino 762,08€. Relativamente aos limites máximos, apuraram-se valores de 4.512,09 € para o género masculino e de 3.757,76 € para o género feminino.

Capítulo 6 | Formação Profissional

O GPEARI promoveu a participação dos seus trabalhadores em diversas ações de formação profissional, não obstante as fortes contingências orçamentais.

Assim, o GPEARI conseguiu garantir 43 participações em ações de formação, maioritariamente frequentadas por técnicos superiores e de curta duração.

Os encargos resultantes da formação profissional foram de 3.045,87€.

Capítulo 7 | Higiene e segurança no trabalho

O GPEARI em matéria de higiene e segurança no trabalho durante o ano em apreço não desenvolveu qualquer ação de sensibilização.

Capítulo 8 | Relações profissionais e de disciplina

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações laborais entre trabalhadores e entidade patronal, designadamente através das suas estruturas representativas, comissões de trabalhadores, trabalhadores vinculados a organizações sindicais etc, estruturas que não existem no GPEARI.

Em termos de análise das ações disciplinares, também não aplica à realidade do GPEARI, uma vez que não foram instaurados durante o ano de 2017 quaisquer processos desta natureza.

Anexo | Mapas do Balanço Social

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2009	2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017		
				M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	41	41	40	41	37	46	46	41	45	43	46	44	44	46	42	44	45	42	43	45	43	44	41	40	40
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	16	13	10	11	12	35	35	20	7	13	35	15	18	35	13	22	32	8	19	20	10	15	17	9	12
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	70	-	-	66	-	-	-	-	-	55	-	-	59	-	-	59	-	-	56	-	-	54	-	-	54
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	59	47	62	57	65	76	76	56	60	58	76	65	66	76	50	61	74	58	65	52	62	57	70	66	68
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	23	27	24	25	12	6	6	28	27	27	6	23	18	6	38	24	11	29	21	32	24	28	20	23	22
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	82	73	86	82	76	82	82	88	90	89	82	88	84	82	88	85	89	92	91	84	90	87	90	89	89

Indicador	Unid.	Descrição	2009			2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017		
			M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública /Total de recursos humanos	15	12	13	15	12	13	12	21	21	16	14	15	21	15	16	21	14	17	19	15	17	18	14	16	14	12	13
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	9	33	21	25	47	29	28	29	29	28	23	25	29	19	18	29	50	41	42	17	28	4	17	11	33	34	34
Índice de saída	%	Número de saídas /Total de recursos humanos	11	7	24	18	29	35	35	4	10	7	35	27	20	35	58	49	26	17	21	4	21	4	21	13	20	23	11
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	6	2	7	5	3	2	2	0	2	1	2	4	3	2	3	3	0	9	6	1	9	5	1	4	3		
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	6	5	4	7	4	3	3	8	4	6	4	6	3	4	6	5	4	3	3	8	4	8	7	5	7		

Fonte: Quadros do Balanço Social 2010 a 2017.